



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO ARAGUAIA- TOCANTINS (FACSAT)

JAIANE VALES REIS

**PROJETO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PDS) PORTO SEGURO:
LUGAR DE RESISTÊNCIA E LIBERDADE**

Marabá- PA

2021

PROJETO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PDS) PORTO SEGURO: LUGAR DE
RESISTÊNCIA E LIBERDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-
Tocantins (FACSAT), para a obtenção do grau
de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Edma do Socorro Silva Moreira

Marabá – PA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares

R375p Reis, Jaiane Vales
 Projeto desenvolvimento sustentável (PDS) porto seguro: lugar de
 resistência e liberdade / Jaiane Vales Reis. — 2021.
 48 f.

Orientador(a): Edma do Socorro Silva Moreira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal
do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de
Ciências Humanas, Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia Tocantins,
Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, Marabá, 2021.

1. Desenvolvimento sustentável - Amazônia. 2. Desenvolvimento
econômico - Aspectos ambientais. 3. Agricultura - Aspectos sociais. 4.
Agricultura familiar. I. Moreira, Edma do Socorro Silva, orient. II. Título.

CDD.: 22. ed.: 333.71509811

Elaborado por Miriam Alves de Oliveira – CRB-2/583

PROJETO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PDS) PORTO SEGURO: LUGAR DE
RESISTÊNCIA E LIBERDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a
Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia-
Tocantins (FACSAT), para a obtenção do grau
de Bacharel em Ciências Sociais.

Data da Defesa: 13/12/2021

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dra. Simone Cristina Contente Padilha (Examinadora Interna)
FACSAT – UNIFESSPA

Msc. Anastácia Pavão Oliveira (Examinadora Externa)
PD TSA – UNIFESSPA

Prof^ª. Dra. Edma do Socorro Silva Moreira (Orientadora)
PD TSA – UNIFESSPA

Marabá – PA

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos amigos, em especial a três grandes amigos que a Universidade me possibilitou conhecer e ter em minha vida: Claudinete Rodrigues, Aléxia Evelyn e Lorivaldo dos Santos. Agradeço os conselhos, as palavras de amor e encorajamento, é uma honra ter vocês ao meu lado nessa caminhada. Agradeço ainda aos amigos Laila Rossana, Paula Carolina, Sérgio Adriano, Jonas de Sousa e Elton José pelo carinho e apoio nesse percurso.

Agradeço a minha mãe, Maria da Paz Silva, por me encorajar, me apoiar e por estar sempre ao meu lado. Esse trabalho tem um pouquinho de você.

Agradeço a minha orientadora, Edma Moreira, pela paciência, pelas palavras de incentivo quando me senti desmotivada e pelas orientações valiosas que possibilitaram a elaboração deste trabalho.

Agradeço aos camponeses e camponesas do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Porto Seguro pelo carinho, pelo tempo cedidos as entrevistas, às recepções atenciosas durante as idas ao assentamento e as feiras. Suas narrativas constituem o escopo deste trabalho, sem vocês ele não seria possível.

RESUMO

O modelo capitalista de desenvolvimento posto em prática na Amazônia brasileira, a partir da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), período onde houve a intensificação das políticas desenvolvimentistas com forte investimento em infraestrutura e abertura do território, tido como pouco desenvolvido e atrasado economicamente, ao capital nacional e internacional, intensificou a disputa pela posse e uso da terra entre camponeses e grandes latifundiários, assim como corroborou para a degradação ambiental, consequência do modelo predatório de exploração dos recursos naturais implementado nessa região. Na cidade de Marabá, no sudeste do Pará, essas políticas, atreladas na atualidade ao avanço do agronegócio, tem elevado os conflitos socioterritoriais na área à medida que nela se expande esse modo de produção. Nesse sentido, esse trabalho tem por objetivo refletir sobre o desenvolvimento de estratégias de resistência pelos camponeses e camponesas do Projeto Desenvolvimento Sustentável (PDS) Porto Seguro e as implicações dessas ações para a permanência no assentamento, diante das ações de intervenção Estatal e avanço do agronegócio. Esse estudo ocorreu através de revisão bibliográfica e observações de campo. Em suma, as estratégias de ocupação territorial perpassam por aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais imprescindíveis à fixação no território, logo as alianças políticas firmadas com órgãos como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), assim como a organização interna do grupo através da criação da Associação dos Pequenos Agricultores do PDS Porto Seguro (ASPEAGRI), as Feiras Ecológicas e a relação particular dos camponeses com a terra tem proporcionado a permanência no território. Essas ações ocorrem mediante o enfrentamento das desigualdades no acesso a terra e aos recursos que dela fazem parte, a luta desses camponeses e camponesas configura-se mais que luta por terra e sim pelo direito à vida com dignidade.

Palavras-chave: Amazônia; Estratégias de Reprodução; Projeto de Desenvolvimento Sustentável(PDS); Resistência Camponesa.

ABSTRACT

The capitalist model of development put into practice in the Brazilian Amazon, from the Civil-Military Dictatorship (1964-1985), a period in which there was an intensification of developmental policies with strong investment in infrastructure and opening up the territory, considered to be underdeveloped and economically backward, to national and international capital, intensified the dispute over land ownership and use between peasants and large landowners, as well as corroborating environmental degradation, a consequence of the predatory model of exploitation of natural resources implemented in that region. In the city of Marabá, in the southeast of Pará, these policies, currently linked to the advancement of agribusiness, have increased the socio-territorial conflicts in the area as this mode of production expands in it. In this sense, this work aims to reflect on the development of resistance strategies by the peasants of the Sustainable Development Project (PDS) Porto Seguro and the implications of these actions for the permanence in the settlement, given the actions of State intervention and advancement of agribusiness. This study took place through a literature review and field observations. In short, the territorial occupation strategies permeate political, economic, social and cultural aspects essential to the settlement in the territory, then the political alliances signed with bodies such as the Pastoral Land Commission (CPT), the Rural Workers Union (STR), as well as the group's internal organization through the creation of the Small Farmers Association of the PDS Porto Seguro (ASPEAGRI), the Ecological Fairs and the particular relationship of the peasants with the land has provided them with permanence in the territory. These actions take place by confronting inequalities in access to land and the resources that are part of it, the struggle of these peasants is more than a struggle for land, but for the right to life with dignity.

Keywords: Amazon; Reproduction Strategies; Sustainable Development Project (PDS); Peasant Resistance.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1. CAPÍTULO I – Reflexões teóricas sobre estratégias de resistência, constituição e reprodução social camponesa.....	12
2. CAPÍTULO II – Conflitos Socioterritoriais Entre Agricultura Camponesa e Agronegócio na Amazônia: um enfoque a partir das transformações sociopolíticas dos governos militares na região sudeste paraense.....	15
3. CAPÍTULO III – Contexto Regional, Político, Econômico e Social do Projeto Desenvolvimento Sustentável (PDS) Porto Seguro.....	24
4. CAPÍTULO IV – Estratégias de Resistência e Permanência no Território: análises e Reflexões a partir das narrativas dos camponeses do PDS Porto Seguro.....	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	46

INTRODUÇÃO

O modelo capitalista de desenvolvimento posto em prática na Amazônia brasileira, a partir da Ditadura Civil Militar (1964-1985), período onde houve a intensificação das políticas desenvolvimentistas com forte investimento em infraestrutura e abertura do território, tido como pouco desenvolvido e atrasado economicamente, ao capital nacional e internacional, intensificou a disputa pela posse e uso da terra entre camponeses e grandes latifundiários, assim como corroborou para a degradação ambiental, consequência do modelo predatório de exploração dos recursos naturais implementado nessa região. Segundo Santos et al (2020), o Estado, objetivando ocupar e integrar economicamente o território amazônico, implementou na área os grandes projetos de colonização e instalação de atividades econômicas que garantissem o desenvolvimento da região e sua integração ao restante do país.

A despeito da perspectiva capitalista de desenvolvimento pensada para a Amazônia, Oliveira (2021, p.40 apud HALL, 1991, p.159), aponta que essa lógica se deu por meio das políticas governamentais implementadas nesse território, como a:

[...] construção de estradas, criação de gado, a extração da madeira, um pouco de agricultura comercial em grande escala, colonização dirigida e “espontânea” de pequenos agricultores e, mais recentemente, a mineração com projetos de infraestrutura correlatos, como os de energia hidrelétrica

Na cidade de Marabá, no sudeste do Pará, essas políticas, atreladas ao avanço capitalista no campo, na figura do agronegócio, que conta com o apoio do Estado, tem elevado os conflitos socioterritoriais na área à medida que nela se expande esse modo de produção pautado ao viés econômico de desenvolvimento. Os camponeses dessa localidade sofreram com a intervenção federal e, desde o início do projeto político e econômico do Estado, foram negligenciados e invisibilizados por essas políticas, que priorizaram os interesses dos grandes grupos econômicos locais e extralocais, os quais tiveram consideráveis subsídios financeiros com os governos militares (PEREIRA, 2017).

Em um contexto de desigualdades e também de violência, degradação humana e ambiental, proveniente da forma como se deu o processo de ocupação da Amazônia, em especial da região sudeste do Pará e de como foi implementado o projeto estatal de desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico (AFONSO, 2017), os camponeses desenvolvem estratégias distintas de acesso e uso da terra que tem lhes possibilitado resistir frente a expansão do capital, que tem provocado o crescente aumento dos conflitos socioterritoriais nessa área.

É nesse território marcado pela ação governamental de intervenção e controle territorial, que se situa o lócus das presentes análises: o Projeto Desenvolvimento Sustentável (PDS) Porto Seguro, localizado nas proximidades da cidade de Marabá/PA. Essa modalidade de assentamento caracteriza-se pela combinação do desenvolvimento de atividades produtivas associadas à conservação dos recursos naturais; a implementação desse modelo de assentamento em uma região onde o agronegócio e suas cadeias produtivas tem avançado, tem enfrentado o desafio de desenvolver atividades em conformidade com as diretrizes jurídicas que versam o caráter social e ecológico dos PDS's.

A compreensão de como os camponeses do PDS Porto Seguro desenvolvem estratégias de resistência na luta pelo território e pelo direito de nele viver requer a abordagem do contexto regional no qual o assentamento encontra-se situado. Tomando o contexto marabaense como ponto de partida para a análise, busco refletir acerca de como e sob quais condições os camponeses do PDS Porto Seguro, inseridos em um território de expansão do agronegócio e suas monoculturas, em especial a soja, a extração de minérios e a pecuária extensiva/intensiva, vem desenvolvendo estratégias sustentáveis de resistência que tem garantido a permanência no assentamento, bem como a reprodução de seus saberes, lutas e vivências.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo a análise das formas de lutas e estratégias de resistências adotadas pelos camponeses do PDS Porto Seguro e suas implicações para a permanência no território. A abordagem acerca das estratégias de resistência, que tem possibilitado a reprodução social desses sujeitos, partirá de uma perspectiva mais geral diante aos conflitos socioterritoriais na região de Marabá para, a partir daí, avançar na análise de como e sob quais condições esses camponeses vivem e reproduzem seu modo de vida, sempre mediante o enfrentamento das desigualdades sociais, políticas e econômicas.

Para tanto, as reflexões empreendidas nesse trabalho tem por base autores que abordam o contexto político, econômico e social do sudeste do Pará, são eles Petit (2003), Emmi (1999), Hall (2000), Pereira (2017), Afonso (2017), Hébette (2004), Hébette e Moreira (2004), Velho (2009), Emmi e Marin (1996), Oliveira e Mello (2020), Santos et al (2020), Santos, Araújo Lucas e Pereira (2021), Miranda (2019), Santos e Silva (2020), Alves (2019), Cruz (2021) e também estudiosos que refletem, sob diferentes perspectivas, o processo de formação e estruturação da agricultura camponesa de base de produção familiar no seio da agricultura do grande latifúndio monocultor, são eles Wanderley (2014), Neves (2009); Little (2002); Bruno (2012); Delgado (2000); Barros (2017); Barbosa Júnior e Coca (2015). As reflexões acerca do conceito de

estratégia, *habitus* e campo, do sociólogo francês Pierre Bourdieu, partem de autores que tratam sobre esses conceitos, são eles Trigo (1998) e Thiry-Cherques (2006).

Para a análise dos dados quantitativos a respeito dos conflitos socioterritoriais no sudeste paraense, recorri ao caderno de Conflitos no Campo Brasil 2018 e 2020, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), com o propósito refletir o aumento desses conflitos na região por meio da análise dos números de ocorrências registradas nos respectivos anos. Objetivando refletir o aspecto jurídico do PDS Porto Seguro utilizo a Portaria nº 477, de 04 de novembro de 1999, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que versa o caráter social e ecológico dessa modalidade de assentamento, utilizo ainda o Plano de Uso (PU) do PDS Porto Seguro, documento entendido como a sistematização das normas a serem seguidas pelos camponeses, presentes na referida Portaria.

Destaco que esse trabalho e as reflexões nele presentes são frutos de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBIC), tendo por título de pesquisa “Conflitos Agrários e Resistência Camponesa na Luta pela Terra no Sudeste do Pará”, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). A temática trabalhada durante o período de vigência da bolsa de IC faz parte do Projeto “Estado e Políticas Sociais na Amazônia: diálogos críticos sobre apropriação de territórios e recursos naturais, mobilidades humanas e desestruturação de sistemas de conhecimento”, aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no âmbito do PROCAD-AM.

A escolha do PDS Porto Seguro para a realização dos trabalhos de campo e elaboração dessa monografia parte, em grande medida, de minha atuação enquanto bolsista de IC e do trabalho desenvolvido nesse período. Todavia, a escolha do objeto de pesquisa poderia ter sido outro, da mesma maneira que o tema a ser trabalhado, no entanto, dada a região da qual faço parte enquanto cidadã e enquanto acadêmica de Ciências Sociais a temática se mostrou de extrema importância social e política para desvelar os impactos das ações governamentais na região sudeste paraense, com destaque para a cidade de Marabá, assim como contribuir social e politicamente por meio da elaboração de um trabalho que demonstre a importância do campesinato nessa área, assim como o processo de reprodução social dos camponeses e camponesas do PDS Porto Seguro, por meio da resistência e do desenvolvimento de estratégias de produção e ocupação territorial, que se configuram enquanto ações voltadas a garantir a permanência na terra.

Importante também para o prosseguimento na linha de pesquisa trabalhada na bolsa

foi minha trajetória pessoal. Sou filha de camponesa e meu cotidiano, na cidade na qual residia antes de vir para Marabá fazer a graduação, em muito se assemelhava com a realidade observada dentro do PDS nas idas a campo. Havia em mim a necessidade de produzir um trabalho que demonstrasse não só à Universidade a luta empreendida pelos camponeses desse assentamento para permanecer em sua terra, mas para todos aqueles a quem meu trabalho alcançasse, fossem eles acadêmicos ou não.

Nesse sentido, para a elaboração dessa Monografia, retomo a bibliografia trabalhada durante a bolsa de IC, objetivando o aprofundamento teórico referente a temática do processo de transformações sociais, políticas e econômicas pelas quais a cidade de Marabá passou ao longo de sua consolidação socioterritorial, como também do aprofundamento acerca da constituição e reprodução da agricultura camponesa na região de Marabá, diante das modificações desencadeadas pelos projetos desenvolvimentistas dos governos militares e dos governos subsequentes que delinearão o desenvolvimento partindo da concepção econômica, negligenciando os setores social, cultural e ambiental.

A crise sanitária mundial, decorrente da propagação do novo coronavírus (SARS-CoV-2) no ano de 2020, exigiu o afastamento e o isolamento social, demandando readaptações quanto o desenvolvimento da pesquisa de campo. A proposta inicial para a construção desse trabalho objetivava o retorno ao campo de pesquisa, o qual tinha por propósito a coleta de novas narrativas dos camponeses do PDS Porto Seguro, na busca de apreender novas perspectivas referentes ao assentamento, seu modo de vida e produção, assim como identificar outras possíveis estratégias empregadas para a permanência naquele território.

Diante da impossibilidade de retornar ao PDS Porto Seguro, retomo as narrativas dos camponeses colhidas durante os trabalhos de campo realizados no assentamento e nas Feiras dos Povos do Campo, na Unifesspa. No total foram duas idas ao PDS, a primeira em 19 de outubro de 2019 e a segunda em 23 de fevereiro de 2020, onde foram realizadas entrevistas, quatro no total, com questões semiestruturadas com os camponeses e camponesas do assentamento. As outras três idas a campo ocorreram nas Feiras dos Povos do Campo, em 2019, onde realizei quatro entrevistas na busca de apreender as perspectivas dos camponeses sobre a feira e a importância social e econômica dessa iniciativa para o assentamento.

A retomada das entrevistas realizadas com os camponeses e camponesas do PDS Porto Seguro tem por objetivo abordar as narrativas não contempladas no período de atuação na bolsa de IC, assim como o aprofundamento de questões abordadas durante a elaboração dos relatórios da bolsa, porém não bem exploradas devido o caráter técnico desse modelo de trabalho, todavia,

cruciais para o aprofundamento das análises e reflexões acerca do problema de pesquisa: o processo de resistência camponesa por meio do desenvolvimento de estratégias de permanência e uso da terra, que tem garantido a reprodução social desses sujeitos no território em análise – o PDS Porto Seguro.

Tomo por base, ainda, as anotações feitas nos cadernos de campo durante as idas ao PDS e as Feiras, assim como das contribuições reflexivas de dois eventos que participei, ambos na Câmara Municipal de Marabá, sendo o primeiro uma audiência pública, ocorrida no dia 10 de fevereiro de 2020 e o segundo um seminário, no dia 04 de março de 2020.

O trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo é realizada uma reflexão teórica referente ao processo de ocupação do território, constituição e reprodução camponesa, resultado do desenvolvimento de estratégias de resistência, aqui entendida como as ações coletivamente desenvolvidas por esses sujeitos que garantem a permanência na terra. Essas ações são os caminhos trilhados no enfrentamento à exploração, expropriação e concentração da terra no sudeste do Pará. No segundo capítulo, busco discutir a questão dos conflitos socioterritoriais entre agricultura camponesa e o agronegócio, a partir da análise das transformações sociopolíticas decorrentes do modelo capitalista de desenvolvimento empreendido na Amazônia, com destaque para a região sudeste paraense e as transformações acarretadas com os governos militares, por meio de obras que tratam sobre essa temática.

No terceiro capítulo desenvolvo uma contextualização histórica, política, econômica e social da cidade de Marabá e das transformações pelas quais essa região passou ao longo de sua consolidação, com objetivo de refletir sobre a dinâmica territorial da área onde o PDS Porto Seguro encontra-se localizado. No quarto e último capítulo, desenvolvo uma análise das narrativas dos camponeses coletadas durante os trabalhos de campo, realizados no assentamento e nas feiras. Destaco que os nomes dos camponeses e camponesas citados nesse capítulo são fictícios, a adoção dessa abordagem visa resguardar suas identidades.

CAPÍTULO I – REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA, CONSTITUIÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA

A compressão do processo de formação e reprodução do *modus operandi* dos camponeses, por meio do desenvolvimento de estratégias fundiárias, produtivas e familiares de acesso e uso da terra devem ser empreendidas pela análise e reflexão do contexto histórico, social e político no qual surgiram em resposta as desigualdades no campo, advindas do modelo capitalista de desenvolvimento vigente no país, característico pelo grande latifúndio

(WANDERLEY, 2015). Esses sujeitos, por meio das estratégias de reprodução coletivamente desenvolvidas, são produtores e reprodutores de saberes ecológicos, sociais e culturais e, através de sua luta em prol do direito ao território e à vida, se mantém ativos no cenário sociopolítico e econômico brasileiro, resistindo e garantindo a manutenção e reprodução de seu modo de vida, apesar de negligenciados pelas políticas governamentais de incentivo e fomento para a agricultura camponesa (BARBOSA JUNIOR; COCA, 2015).

A despeito do conceito de estratégia, Trigo (1998) (apud BOURDIEU, 1987, p. 53), designa como “[...] ações objetivamente orientadas para determinados fins, que podem ou não, ser os subjetivamente almejados”. Nesse sentido, o conceito explica tanto ações conscientes direcionadas a um fim previamente estabelecido, quanto ações presentes no inconsciente, “como produto do senso prático, de um determinado jogo social, historicamente definido, que os indivíduos aprendem desde a infância participando dele”, (TRIGO, 1998, p.51 apud BOURDIEU, 1987).

Entende-se a estratégia como consequência da relação existente entre *habitus* e campo, como ações de indivíduos pertencentes a uma sociedade, portadores de um *habitus* historicamente construído e socialmente transmitido, inseridos em um dado campo, espaço onde ocorrem as disputas pelos capitais econômico, social e cultural.

A luta pela posse dos capitais no interior dos campos é decorrente da desigual distribuição desses capitais entre os agentes e grupos sociais que os compõe. Essas lutas são os elementos que possibilitam a existência dos campos, já que as disputas sociais, econômicas e políticas lhes garantem a rotatividade e dinamicidade. O campo, conforme Thiry-Cherques, 2006, p. 35 *apud* Bourdieu) “é tanto um “campo de forças”, uma estrutura que constrange os agentes neles envolvidos, quanto um “campo de lutas”, em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura”.

A conservação ou subversão do poder dentro dos campos requer dos agentes o desenvolvimento de ações que possibilite esse fim. Nessa perspectiva, o agronegócio, modelo capitalista de produção no campo, a medida que avança exige dos camponeses o desenvolvimento de ações estratégicas de ocupação do território que viabilize sua sobrevivência e reprodução de seus saberes tradicionais, suas relações sociais de produção, de suas vivências e experiências na luta pela terra no país.

Em vista disso, Wanderley (2014), refletindo sobre a necessidade de se compreender as estratégias fundiárias, produtivas e familiares que favoreceram no Brasil a ocupação de espaços precários e provisórios ou a criação efetiva de comunidades camponesas com maior

perenidade, realiza uma abordagem das diferentes estratégias de acesso e uso da terra empreendidas por esses sujeitos, que possibilitaram à agricultura camponesa constituir-se enquanto:

[...] uma forma social de reprodução, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura. (WANDERLEY, 2014, p. 26)

Para a estudiosa, as formas precárias de acesso à terra, como o sistema de posse, de morada ou colonato e a pequena propriedade se constituem como ações que possibilitaram aos pequenos produtores camponeses a posse e uso da terra e também a organização de uma produção familiar mais organizada. A pequena plantação no interior das fazendas, ou nas *plantations* de cana de açúcar, de café, de algodão no período colonial – autorizada pelos proprietários da terra para o consumo próprio, assim como a ocupação de pequenas áreas de terras no interior do país, longe da efervescência das ocupações do litoral, garantiram aos camponeses a sobrevivência física, cultural e social.

Esse processo de constituição e reprodução do campesinato na sociedade brasileira se deu também por meio do desenvolvimento de formas próprias de trabalhar e viver na e da terra. A pequena produção, tendo no trabalho familiar uma de suas principais características, foi desafiada social e economicamente a desenvolver meios que garantissem a sobrevivência familiar em meio a formas estabelecidas de produção apoiadas pelo Estado, como as monoculturas para exportação, o latifúndio, a exploração do trabalho e da natureza. A esses camponeses foi delegada a responsabilidade de sobreviver por conta própria, no entanto, experimentando em determinados períodos sociohistóricos, ações governamentais com vias a sua integração a economia do país (NEVES, 2009).

Neves (2009), tratando dos processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil a partir da análise das formas dirigidas pelo Estado de inserção da agricultura camponesa na economia, traz as contribuições teóricas dos cientistas sociais, como Otávio Guilherme Alves Velho, no que tange a produção de estudos voltados para a reflexão da importância da atuação da agricultura camponesa para a sociedade brasileira, por meio da análise da estrutura agrária e das relações de produção estabelecidas entre campesinato e o modelo capitalista de desenvolvimento agrícola, pautado na concentração fundiária e na propriedade privada da terra.

Tomando de empréstimo o estudo de Velho (1979) a cerca das *plantations*, entendida

como um sistema de dominação econômica e política, sustentada por formas de repressão e imobilização da força de trabalho e que possibilitaram o processo de expansão territorial por meio da criação de uma estrutura social de dominação centrado na figura do grande latifúndio, Neves (2009 apud VELHO, 1979) aponta esse sistema como um dos primeiros investimentos a fim de integrar a agricultura camponesa de forma controlada e dirigida. A reprodução social camponesa, argumenta a autora, perpassa por programas estatais de intervenção que propiciaram ou impeliram o desenrolar dessas lutas. A consolidação do campesinato no Brasil ocorreu por meio da subordinação política e econômica ao grande latifúndio, essa posição, no entanto, a pesar de constranger não impediu o fortalecimento da luta social camponesa.

Em meio as formas precárias de acesso à terra (WANDERLEY, 2014) e as formas diversas e complementares da condição camponesa, (NEVES, 2009), o campesinato estabeleceu formas próprias de inter-relacionamento com seus respectivos ambientes biofísicos, expressão de sua territorialidade. Discutindo o conceito de territorialidade, o antropólogo Little (2002, p.03) define como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território ou homeland”.

Para o estudioso, o processo de formação de diferentes territorialidades, possíveis por meio da criação de diferentes estratégias de acesso e uso da terra, é construído a partir dos vínculos sociais, simbólicos e rituais dos diversos grupos sociais existentes, que concebem o território enquanto ambiente biofísico carregado de significação afetiva, marcado na memória individual e coletiva como símbolo de luta e resistência. Dessa forma, pode-se entender que a luta pela terra se configura como a luta pelo direito ao território, à vida e ao direito de existir.

O território, segundo Little (2002), é construído política e socialmente pelos processos de lutas empreendidos em sua conquista e que passa a ser concebido individual e coletivamente como um lugar de morada. Esse processo ocorre, no caso dos camponeses, por meio da luta social e política empreendida na conquista da terra onde possam produzir e reproduzir-se enquanto indivíduos e enquanto grupo detentores de meios próprios de viver e de produzir. O território, enquanto ambiente carregado de significações afetivas, “[...] surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo, [...] e nesse sentido qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos” (LITTLE, 2002, p. 03).

Em resumo, nota-se, por meio dos autores discutidos que, mesmo diante às desigualdades no acesso e uso da terra provenientes da forma como se efetuou o processo de distribuição de terras no Brasil, o campesinato vem demonstrando sua capacidade de

enfrentar a extrema desigualdade social, política e econômica presentes no campo, por meio de formas distintas de ocupação do território. Nos territórios que formam a Amazônia brasileira, com destaque para o sudeste do Pará, tanto as formas precárias de acesso e uso da terra (WANDERLEY, 2014) quanto as formas dirigidas de inserção da agricultura camponesa na economia pelo Estado (NEVES, 2009), possibilitaram aos camponeses a organização social do grupo, assim como de suas lutas em defesa de seu modo de vida diante ao avanço do capital no campo, analisado no capítulo a seguir.

CAPÍTULO II – CONFLITOS SOCIOTERRITORIAIS ENTRE AGRICULTURA CAMPONESA E AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA: UM ENFOQUE A PARTIR DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOPÓLITICAS DOS GOVERNOS MILITARES NA REGIÃO SUDESTE PARAENSE

A Amazônia brasileira localiza-se ao Norte do País e corresponde os Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, possui mais de 5 milhões de km², o que compreende cerca de 60% do território brasileiro (SANTOS et al, 2020 apud REZENDE, 2006; MMA, 2008). A partir de 1970, o território amazônico, até então deixado de lado pelos interesses governamentais, torna-se alvo dos grandes projetos políticos e econômicos de colonização e povoamento empreendidos pelos governos militares, acarretando na migração de inúmeras famílias de camponeses que, juntamente com outros grupos, foram atraídos e incentivados pelo Estado a se deslocarem para este território, caso de grandes grupos econômicos do centro-sul do país (PEREIRA, 2017).

De acordo com Miranda (2019, p. 85):

Comumente, a Amazônia é descrita como uma região de fronteira e suas adjetivações, quais sejam, fronteira demográfica, agrícola, econômica, dentre outras. Centraliza-se o olhar sobre os processos de modernização do seu território, como se nele tudo estivesse por se realizar, e o define como um “espaço liso”, em que o “novo” está em franco desenvolvimento, invisibilizando os diversos sujeitos sociais que produziram e ainda lutam pelo/no território amazônico.

A visão capitalista de desenvolvimento posta em prática na Amazônia pelo Estado, por meio da abertura desse território ao capital nacional e internacional, e de sua atuação quanto a implementação das políticas capitalista de desenvolvimento, negligência os interesses sociais, políticos e econômicos dos grupos tradicionais (quilombolas, indígenas, camponeses, ribeirinhos) dessa localidade. Essas políticas governamentais de ocupação e integração do território amazônico, conjuntamente ao aumento do fluxo migratório impulsionado por essas ações, acarretaram em severas transformações na dinâmica territorial e enormes impactos

sociais e ambientais na área, além de ser um dos principais fatores que contribuíram para a disputa pela posse, uso e propriedade da terra, assim como dos recursos naturais entre os camponeses e os demais grupos que se instalaram nesse território.

Conforme destaca Santos et al (2020), o estado do Pará foi um dos mais afetados pelos planos e políticas governamentais, sendo a região sudeste paraense uma área estratégica à implementação dos projetos integracionistas do governo.

Refletindo sobre as transformações socioeconômicas e políticas decorrentes dos grandes projetos implantados no sudeste do Pará, pós-1964, com destaque para a região de Marabá, Pere Petit (2003), através de um balanço histórico e político enfatiza as contradições sociais presentes nessa região rica em recursos naturais e palco de intensos conflitos sociais decorrentes da forma como se efetuou a política estatal de desenvolvimento e povoamento da área.

Por meio da análise de como as elites políticas paraenses se articularam em partidos políticos durante e depois da “revolução” de 64, Petit (2003) aborda o processo de rearticulação dessa elite às mudanças políticas e econômicas propiciadas por esse regime, demonstrando a importância do período como marco para as disputas políticas entre os diferentes partidos em torno da estrutura político-administrativa. O processo de reestruturação das elites paraenses, a partir do golpe militar de 1964, que demandou desse grupo a readaptação as novas conjunturas políticas, sociais e econômicas nacionais, demonstra como as alianças políticas firmadas nesse período foram estratégicas para o fortalecimento de antigas e novas formas de dominação sociopolíticas.

Na mesma perspectiva, Emmi e Marin (1996) discutem a respeito desse processo de renovações e readaptações políticas e sociais a partir das transformações vivenciadas no sudeste do Pará durante o período de governo dos militares. Em Marabá, a centralização do poder se deu, anteriormente ao período de transformações políticas, sociais e econômicas dos governos militares, pelas oligarquias marabaenses. Esse controle econômico e político em torno da apropriação da terra por essa oligarquia se configurou como o cerne dos conflitos socioterritoriais posteriores à década de 1970, os quais se intensificaram a partir de então com o processo de reconfiguração política e a presença de novos grupos com interesses econômicos diversos.

Esses conflitos são os reflexos do domínio da terra via monopolização dos instrumentos econômicos e políticos por essas famílias ou empresas que tinham, por sua vez, por principal objetivo a manutenção e o aumento de suas posses, além de ser uma forma de manter a relação

de dominação/subordinação desses grupos sob os demais. No entanto, esse monopólio vai perdendo força, segundo Emmi (1999, p.23) a partir do momento em que:

[...] a expansão do capital proveniente do Centro-Sul para a região vem competindo com o poderio dessas famílias, criando ao lado desse latifúndio extrativista um novo latifúndio e contribuindo para modificar o perfil fundiário local. O poderio político desses grupos passa assim a ser fracionado, pois tudo o que é apropriado à sua revelia por outros, empresas ou colonos, escapa a seu patrimônio.

A fragmentação desse monopólio não significou, segundo Emmi (1999), a perda total do poder político, todavia obrigou essas famílias a se rearticularem a nova conjuntura de expansão do grande capital financeiro internacional sob os países em desenvolvimento. No sudeste do Pará, as oligarquias do Tocantins, até os anos 1960, exerceram de forma absoluta o controle econômico e político, porém a partir dos anos de 1970 e 1980 essa classe vai dando “sintomas de sua decadência como grupo dominante”. Ademais, as tentativas de rearticulação e adaptação às situações atuais empreendidas por essa oligarquia demonstram a capacidade de reprodução do grupo por meio do estabelecimento de uma histórica rede de relações entre as classes dominantes com as instâncias políticas do Estado, que lhes asseguram a permanência no bloco de poder.

A década de 1970 representa um período de intensas transformações econômicas, políticas e sociais no sudeste paraense. É nesse momento que os grandes projetos de desenvolvimento ganham ainda mais força, conforme ressalta Pereira (2017), abordando o projeto de colonização às margens da rodovia Transamazônica (BR-230), iniciado a partir dos anos de 1970. Esse projeto, fruto das políticas desenvolvimentistas dos governos militares, teve sua implementação por meio do Programa Integrado de Colonização Marabá (PIC- Marabá), que englobava também os municípios de Altamira e Itaituba.

O programa fora criado por iniciativa governamental e contava com o apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e das prefeituras municipais, visando a instalação de “[...] 100 mil famílias de trabalhadores rurais até 1974, em lotes de cem hectares cada [...]” (PEREIRA, 2017, p.145). As análises do autor demonstram como a implantação de projetos de integração e desenvolvimento, como o PIC-Marabá, ocasionaram, nessas localidades, severos conflitos envolvendo a posse da terra, negação, inviabilização e violação de direitos dos camponeses.

Partindo dessa perspectiva, Afonso (2017) reflete o crescente agravamento dos conflitos socioterritoriais no campo, na região de Marabá, relacionando este ao aumento da violação de direitos humanos individuais e coletivos, os quais tem corroborado para a

desarticulação e o enfraquecimento das reivindicações da população camponesa, mas também das urbanas, frente ao Estado.

Para esse autor, a pesar dos avanços no plano jurídico e da constante pressão dos movimentos sociais, ainda é muito forte a violação de direitos humanos na região. As práticas de violação de direitos – trabalho escravo, invasão de terras indígenas e quilombolas, ao invés de desaparecerem com os novos aportes jurídicos em defesa dos direitos sociais desses grupos, se rearticularam, adaptando-se, assim, as novas práticas modernas de violação de direitos do capitalismo. Por meio de uma perspectiva jurídica, Afonso (2017) reflete os impactos do crescente agravamento dos conflitos sociais no campo para o aumento da violação de direitos humanos e o enfraquecimento das reivindicações da população camponesa frente ao avanço capitalista.

Os estudos de Hébette (2004) sobre o campesinato evidenciam como o projeto capitalista governamental e suas políticas desenvolvimentistas excluíram os camponeses, principais atores das transformações sociais no campo, acarretando no aumento dos conflitos socioterritoriais, tão marcantes na região sudeste paraense. Segundo esse autor, a elaboração e implementação dessas políticas, voltadas ao mercado externo e dependentes do grande capital, buscam atender os interesses políticos e econômicos das classes dominantes e pouco contribuem para o desenvolvimento do campesinato local.

O campesinato dessa região se desenvolveu e se organizou em meio as transformações políticas, econômicas e territoriais nacionais e locais na época da colonização oficial, dirigida pelo Inca. É nesse período, segundo Hébette (2004), que tem-se o surgimento dos primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's), estes tolhidos pelo governo, porém, a partir de 1980, se organizam e se fortalecem enquanto movimento sindical na luta pelos direitos sociais e políticos dos camponeses, daí a importância do movimento sindical e das alianças firmadas entre esse setor com instituições, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Organizações Não Governamentais (ONG) no desenvolvimento de programas voltados à defesa dos interesses dos camponeses.

A expansão do capitalismo na região, durante o período em que vigorou o regime militar no país (1964-1985), propiciou novas formas de relação com a terra, levando sua exploração econômica ao extremo, causando a degradação dos recursos naturais, além de intensificar os conflitos em torno da posse da terra. Essas novas formas de relação desconsideraram os camponeses, seus conhecimentos tradicionais e suas formas de vida não capitalista e em interação com o meio ambiente.

Partindo dessa perspectiva, Anthony Hall (2000), traz uma abordagem mais abrangente da importância de se repensar o modelo de desenvolvimento predatório implementado nessa região. Por meio da abordagem das contribuições do projeto Centro Agro-Ambiental do Tocantins (CAT) na construção de políticas de intervenção, levando em consideração a realidade social dos camponeses da região sudeste paraense, esse autor destaca a pertinência da participação desses sujeitos na elaboração de políticas de desenvolvimento sustentáveis que levem em consideração a realidade social e econômica da região na qual estão inseridos.

A análise do autor pauta-se numa reflexão mais complexa de desenvolvimento, ao considerar sua dimensão sustentável, ancorado na concepção de conservação produtiva, em que o camponês aparece como peça chave para dar viabilidade e sustentação a um modelo alternativo de desenvolvimento, na preservação da natureza e também para o desenvolvimento social da comunidade. O autor pontua que os processos de “reformas das políticas agrárias e ambientais surgem principalmente de baixo para cima e, acima de tudo, são os projetos inovadores junto à pressão política exercida pelos movimentos sociais que provocaram e catalizam o progresso neste sentido” (HALL, 2000, p. 250).

O avanço capitalista no campo tem exigido dos camponeses o desenvolvimento de ações cada vez mais organizadas de ocupação territorial e defesa de seu modo de vida, de produção e relação com a terra, haja vista que o modelo de desenvolvimento capitalista presente nessa área tem avançado mediante a desarticulação e invisibilização da luta camponesa junto a sociedade. No campo, o capitalismo se territorializou, provocando a disputa entre a agricultura camponesa e o modelo de produção retratado pela burguesia agrária articulada ao capital financeiro internacional - o agronegócio, que tem avançado de forma indiscriminada e acarretando intensos conflitos socioterritoriais, além de inúmeros impactos ambientais, como desmatamento, contaminação do solo e da água pelo uso de agrotóxicos nas plantações, erosão e perda de nutrientes do solo e etc.

No sudeste paraense, o capital nacional e internacional tem avançado e modificado a relação de produção no campo, trazendo a luz antigos embates políticos e econômicos entre a agricultura camponesa e as formas institucionalizadas de produção agrícola, características pela grande propriedade privada da terra, as monoculturas para a exportação, a exploração do trabalho e degradação do meio ambiente. Com a Ditadura Civil Militar brasileira esses antigos modelos agrários de produção no campo sofreram processos de readaptações com vias a sua reestruturação.

Na atualidade, o agronegócio representa esse processo de reestruturação de antigos

modelos de produção sob novas configurações de dominação, esse setor representa a face capitalista de desenvolvimento no campo altamente tecnológico. Segundo Delgado (2013), esse modelo de produção agrícola se reestruturou por meio do pacto de poder firmado entre Estado e elite agrária, tornando-se hoje o principal representante do capitalismo na agricultura. Esse pacto, argumenta o estudioso, é uma construção hegemônica moderna e não apenas uma dominação clássica ao estilo do “latifúndio improdutivo”.

Conforme argumenta Delgado (2013, p. 62) o “agronegócio é empiricamente definido como soma dos negócios no e com o agro, a economia do agronegócio requer ação concentrada do Estado, sem o que essa estrutura não existiria, na concepção de estratégia de economia política”. Na mesma lógica, Barros (2018) frisa que o atual modelo agroindustrial em expansão se constitui enquanto uma classe social que partilha interesses comuns e se articula por meio de uma extensa rede de relações políticas, econômicas e sociais que, interrelacionadas, são responsáveis pelo avanço do setor em território nacional. Essa classe à qual dá sustentabilidade e viabilidade a existência desse modelo de desenvolvimento agrícola no campo encontra-se:

representado pela burguesia agrária (ou também conhecidos pelas suas frações de classe: ruralistas, patronato rural, agroindustriais, empresários rurais, grande produtor rural, latifundiários, elite agrária, grandes proprietários de terras, usineiros, pecuaristas [...] articulado ao capital financeiro internacional (BARROS, 2018, p.176-177).

O intenso investimento financeiro internacional na agricultura brasileira é consequência, segundo Barros (2018), da fase de financeirização, resultado de uma super acumulação de capital econômico e de uma queda nos lucros industriais registrados nos anos 1980, conjuntamente ao processo de mundialização do capital, processo em que o capital econômico encontra-se não mais apenas nos países desenvolvidos, e sim espalhados onde quer que estejam instaladas as empresas representantes desse capital. Essa articulação entre capital internacional e agronegócio conta com o apoio do corpo político e burocrático do Estado brasileiro, criando meios que possibilite seu crescimento e expansão.

Na agricultura esse capital acumulado e mundializado revelou, segundo a autora, uma associação entre indústria e agricultura, entre grandes extensões de terra e empresas transnacionais, entre proprietários de terras e capitalistas internacionais, na figura do agronegócio. Com o aval do Estado a penetração do capital na agricultura se solidifica, se territorializa e acarreta na expropriação e expulsão dos camponeses para a cidade e instala no campo os grandes complexos agroindustriais, o cultivo das monoculturas da soja, da cana de açúcar, do gado, plantação de eucaliptos, as chamadas *commodities* agrícolas para exportação.

Conforme argumenta Delgado (2013), no caso brasileiro, houve uma reconfiguração

política com o fim dos governos militares e o período de redemocratização do país sem, contudo, no caso fundiário, que houvesse o rompimento com os ideias da modernização conservadora dos militares, o que deu condições para que o agronegócio se reestruturasse conservando a concentração dos meios de produção. Por meios de produção entende-se a própria terra nas mãos dos grandes latifundiários e agora também dos agroindustriais que impulsionam o fortalecimento desse setor.

No âmbito do Estado, o agronegócio conta com órgãos políticos como a Bancada Ruralista, Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e em em âmbito regional há a Associação Brasileira de Agronegócio (Abag), Movimento Nacional dos Produtores (MNP), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Sociedade Rural Brasileira (SRB), União Democrática Ruralista (UDR), Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), instituições voltadas à defesa dos interesses políticos, sociais e econômicos do agronegócio.

Outrossim, o processo de reestruturação do agronegócio se deu, na perspectiva de Delgado (2013), por meio do processo de reprimarização do comércio externo que:

No final dos anos 90, passada a inviável experiência do primeiro governo FHC – de acumulação de déficits externos crescentes e contínuos, o Brasil vira “bola da vez” da especulação financeira internacional em 1999 – (crise cambial), o que forçaria o segundo Governo FHC a reorganizar sua política econômica externa, tendo em vista gerar saldos comerciais de divisas a qualquer custo. Aqui começa a reestruturação econômica da economia do agronegócio diretamente vinculado à exportação mundial das “commodities”. (DELGADO, 2013, p. 63).

O avanço capitalista no campo, representado por uma burguesia agrária articulada ao capital financeiro mundializado e detentora dos meios de produção, se dá por meio do conflito envolvendo a propriedade e uso da terra entre o modelo agroindustrial com os camponeses. Essa burguesia agrária se constitui hoje como um grupo representado não apenas pelos grandes latifundiários e proprietários de terras, mais também por um amplo setor empresarial voltado a produção de insumos, fertilizantes e agrotóxicos, máquinas e ferragens agrícolas, conglomerados de empresas nacionais e internacionais, bancos e etc., que sustentam o agronegócio.

O processo de sustentação do agronegócio ocorre também mediante o marketing criado em torno desse setor, objetivando seu engrandecimento perante a sociedade. Com relação ao amplo campo midiático criado para a valorização do universo agro, Bruno (2013), por meio da análise de campanhas publicitárias, entendidas como estratégias de reprodução desenvolvidas pelos setores vinculados ao agronegócio, reflete a respeito do extenso campo midiático ideologicamente construído, responsável pela criação simbólica de uma imagem do setor

agroindustrial supervalorizada para a sociedade, por intermédio dos meios de comunicação (televisão, revistas, rede sociais, sites). O campo midiático criado para a valorização do setor demonstra o alto investimento econômico e político responsável pela expansão desse meio de produção.

Conforme pontuam os autores analisados nesse capítulo, a agricultura brasileira se desenvolveu em meio a uma série de mudanças na estrutura política, econômica e social sem que, contudo, houvesse rompimentos com os antigos modelos de dominação e subordinação do meio essencial para a reprodução da vida – a terra. O que se teve foram readaptações e reconversões na estrutura de poder que mantiveram os antigos modelos de produção agrícola, como a concentração da terra por grupos economicamente e politicamente dominantes, o monocultivos em extensas áreas, contribuindo assim para o avanço do desmatamento, que com o agronegócio e suas cadeias produtivas experimentam sua força maximizada de exploração da natureza e dos recursos naturais.

Os dois atuais modelos de desenvolvimento no campo tem se expandido e se reproduzido de maneiras distintas. O agronegócio, por meio dos investimentos econômicos internacionais e nacionais, do campo midiático e de uma elite agrária articulada ao capital, tem avançado em uma proporção muito maior em relação a agricultura camponesa, “toda via, o campesinato tem resistido à sua expropriação através da luta pela terra” (BARBOSA JÚNIOR; COCA, 2015, p.14).

O campesinato se expande e se reproduz por meio da luta e do enfrentamento contra as desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais no acesso ao território, na defesa da vida e do direito a existência com dignidade. Os camponeses são produtores de transformações sociais no campo, são os atores que desnudam, através de suas lutas e resistências, as desigualdades na posse e uso da terra (HÉBETTE; MOREIRA, 2004). Em Marabá, os camponeses do PDS Porto Seguro, inseridos em um espaço de expansão do agronegócio, são levados a desenvolver estratégias que viabilizem a permanência no assentamento, conquistado mediante a luta e as alianças políticas e sociais firmadas durante o processo de ocupação.

Em estudo recente sobre esse assentamento, Oliveira e Mello (2020) demonstram como os camponeses do PDS Porto Seguro desenvolvem uma produção e um intenso trabalho cotidiano que garante a reprodução do grupo no seu território. As estudiosas destacam que a pluriatividade encontra nos Sistemas Agroflorestais (SAFs) uma ação que garante a vida no assentamento, portanto ele se constitui uma forma de luta e resistência necessária para a construção de outra lógica de trabalho e produção na terra.

As autoras demonstram que com o SAF, definido como “formas de manejo e uso da terra, nas quais árvores ou arbustos são utilizados em associação com cultivos agrícolas e/ou animais, numa mesma área, de maneira simultânea ou numa sequência temporal (OLIVEIRA; MELLO, 2020, p. 69 *apud* DUBOIS, 1996, p.3), há o desenvolvimento de formas tecnológicas e de inovação que são resultado dos conhecimentos e experiências dos camponeses e camponesas do PDS Porto Seguro.

Em parcerias com outros grupos sociais com os quais compartilham seus objetivos de permanecer no assentamento, mesmo frente a expansão do agronegócio, como a CPT e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), os camponeses do PDS constroem diversas ações que contribuem para sua permanência na terra com seu modo sustentável de vida, como veremos a seguir.

CAPÍTULO III – CONTEXTO REGIONAL, POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL DO PROJETO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (PDS) PORTO SEGURO

Situado nas proximidades de Marabá, o PDS Porto Seguro encontra-se em um território marcado por intensos conflitos socioterritoriais entre camponeses e grandes latifundiários, conflitos esses que, em sua maioria, acabam em violentos massacres, como exemplo o massacre ocorrido em Eldorado dos Carajás, município do sudeste do Pará, em abril de 1996, onde 21 camponeses foram assassinados e o massacre em Pau D’Arco, também no sudeste paraense, em maio 2017, que resultou na morte de 10 camponeses (CADERNO DE CONFLITOS O CAMPO, 2018).

Originada de um burgo agrícola, este constituído por colonizadores migrantes, Marabá é o produto de diferentes frentes de expansão de exploração econômica empreendidas pelas diferentes formas de governos que vigoraram no país. A cidade é, segundo Velho (2009), fruto da iniciativa de comerciantes instalados na área, em especial a partir da segunda metade do século XIX, auge da exploração do caucho. É nesse período que há a instalação na região de importantes comerciantes que controlaram a comercialização e exportação da borracha e, posteriormente, da castanha do Pará (EMMI, 1999).

A partir da fase áurea da exploração da borracha a cidade aparece como principal destino de pessoas de outras regiões do país, como Maranhão, Goiás, Piauí, Ceará, já que, “aparentemente, na área do Itacaiúnas a exploração da borracha sempre foi livre. Qualquer um que quisesse poderia internar-se na mata em busca da goma” (VELHO, 2009, p. 35). A cidade, nessa perspectiva, desponta para esses migrantes como possibilidade de melhoria de vida.

A terra, no período inicial de colonização da região de Marabá, não se constituía enquanto bem escasso. O que era escasso, argumenta Velho (2009, p. 35), “nas regiões longínquas são o capital e os meios de comercialização”, daí a posição de privilégio dos comerciantes, já que estes possuíam certo recurso econômico e relações sociais estabelecidas, demonstrando, segundo o autor, que “a posse do capital e dos meios e canais de comercialização antecede a questão da posse da terra” (p. 35).

Com as modificações políticas advindas das relações capitalistas de produção no campo, propiciadas pela reestruturação do agronegócio durante os governos militares (DELGADO, 2013), juntamente com o grande contingente populacional atraído para essa região por meio da migração “espontânea” e posteriormente por intermédio da colonização dirigida pelo Estado (PEREIRA, 2017), a relação social, política e econômica com a terra sofreu expressiva modificação, tornando-se o principal objeto de disputa entre camponeses e agroindustriais.

A partir da década de 1970, a cidade torna-se palco de inúmeras políticas desenvolvimentistas voltadas a integração da área ao território. É nesse período que se tem a construção e melhoria de um extenso complexo rodoviário que ligaria a região ao restante do país, no entanto, essa melhoria estava voltada para o desenvolvimento do capital (HÉBETTE, 2004). No final de 1970, durante o governo do militar Emílio Garrastazu Médice (1969-1974), foi dado início a construção da rodovia Transamazônica, a abertura dessa rodovia e o processo de colonização que daí se desenrolou, dirigido pelo governo, é a concretização, segundo Pereira (2017, p. 143) de:

[...] um dos feitos do governo civil-militar, pós 1964, de orientar os fluxos migratórios para esta parte do território brasileiro, vista como um grande vazio demográfico. Em nível do discurso, o deslocamento dos denominados excedentes populacionais do Nordeste “esvaziaria” os conflitos sociais nessa região na medida em que criaria polos de mão de obra favoráveis à expansão dos projetos agropecuários, minerometalúrgicos e industriais na Amazônia. Ao mesmo tempo, esse deslocamento populacional faria da Amazônia uma área fornecedora de matéria-prima e consumidora de produtos do centro-sul do País.

O processo de colonização posto em prática na rodovia Transamazônica, do qual fala Pereira (2017), intitulado “Programa Integrado de Colonização Marabá (PIC – Marabá)” e, conforme proposta inicial do Governo Federal, tinha por objetivo se estender

[...] por 529 quilômetros entre as cidades de Marabá e Altamira. Quando, de fato, se procurou executar o projeto de colonização, o PIC de Marabá acabou se posicionando em pequenos trechos nos municípios de São João do Araguaia e Itupiranga. (PEREIRA, 2017, p.145-146).

Historicamente, a região sudeste do Pará é palco de sucessivas políticas estatais de ocupação e integração aos moldes do desenvolvimento capitalista, centrado na maximização dos lucros provenientes da exploração do meio ambiente e da mão de obra empregada para este fim ou não. Desde o período inicial de colonização do sudeste paraense nota-se a presença marcante de migrantes oriundos de outras partes do país atraídos, de início, pela extração do caucho e da abundância de terras. Posteriormente a esse período, sem muitas rupturas com o período anterior, há a fase de exploração da castanha, atividade anteriormente executada, porém como atividade secundária.

Importante também nos períodos iniciais de colonização dessa área foi a pecuária extensiva, exercida de forma intermediária a atividade nos castanhais (MIRANDA, 2019). Segundo esse autor, o gado criado na época visava atender a demanda local, sendo posteriormente incentivada pelo Estado a produzir para o abastecimento interno do país, “todavia, até meados da década de 50, ainda se importará gado bovino para o consumo local” (VELHO, 2009, p. 62).

O modelo de criação do gado no sudeste paraense se configurou enquanto modelo de pastagem extensiva. Essa atividade, como o nome sugere, demanda extensas áreas para a acriação do gado, sendo, por esse motivo, de grande importância aos objetivos econômicos governamentais de ocupação, pois possibilitou a exploração de áreas para além das utilizadas, assim como “atendia a proposta de isenção de impostos para quem aplicasse recursos no estabelecimento da atividade em larga escala. (OLIVEIRA, 2021, p. 37 apud SOUZA, 2005; HÉBETTE, 2004).

Com os governos civil-militar uma série de projetos agropecuários foram implementados na região, como exemplo o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), em que:

O principal agente beneficiado acabou por ser o empresário, em sua maior parte externo à própria região, especialmente em função dos fortes incentivos fiscais e isenção de impostos concedidos pelo governo federal, por meio de Decretos-leis (DL nº 4216 regulamentada pela emenda Constitucional nº 18, artigo 17, de 1965) e Programas do Plano Quinquenal da Sudam (1967-1971), garantindo o aumento e a regularização de terras em posse de agentes nacionais e internacionais (MIRANDA, 2019, p. 87 apud ASSIS, 2007).

A pecuária extensiva, aos moldes da produção maximizada do capitalismo, assume com o agronegócio a característica intensiva, colocando o Brasil, segundo Cruz (2021), como o país que possui o maior rebanho bovino do mundo, configurando-se como líder de exportação de carne bovina no globo e dentro do cenário nacional, de acordo com o Beef Report (2021), o

Pará é o 5º estado com maior rebanho bovino do país, com cerca de 15,5 milhões de cabeças, tendo apresentado um crescimento de 21,67% nos últimos 10 anos, o 2º maior entre os estados.

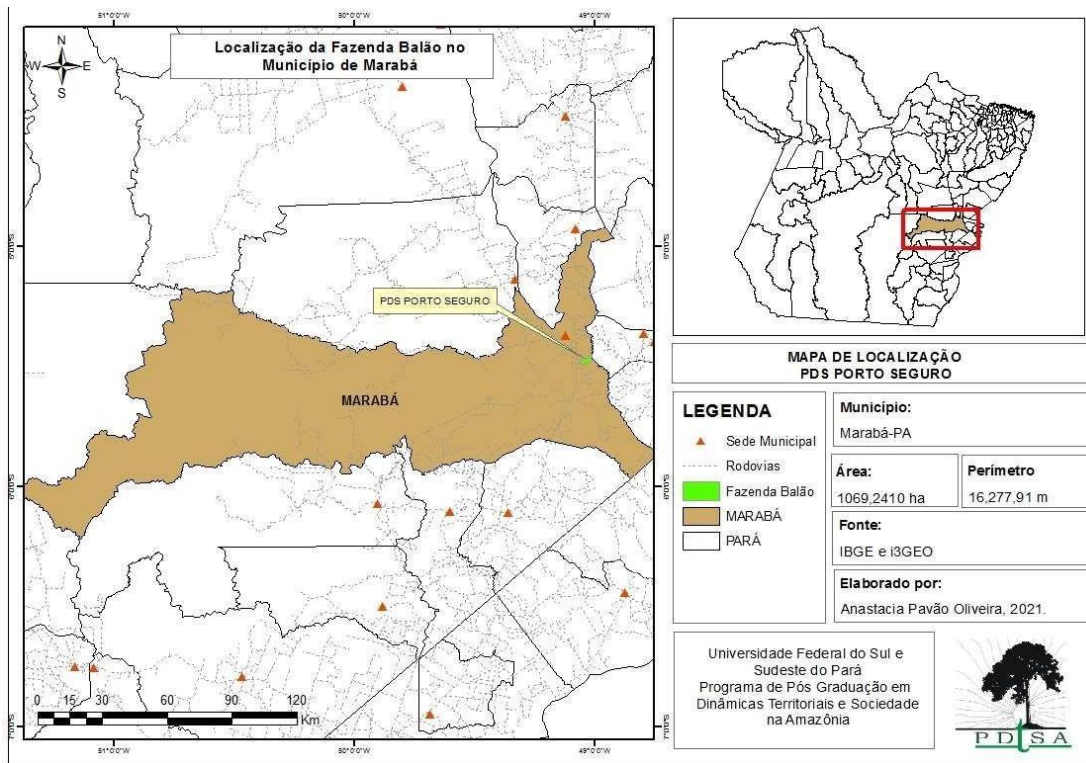
Ademais, as frentes de expansão, como a pecuária extensiva, em conjunto com os incentivos políticos e econômicos governamentais corroboraram para que, como dito anteriormente, houvesse um progressivo processo de migração para essa região, o qual, ao longo dos anos, ocasionou na escassez de terras livres para os que chegavam, como também para os já estabelecidos, porém não possuíam a posse legal da terra, sendo vítimas de grileiros e de grades latifundiários. A relação com a terra e com os produtos dela extraídos foi gradativamente modificada, assim como se auterou a paisagem da região.

Com a concentração de terras intensificaram-se, em especial a partir dos anos 70, a violência e os conflitos socioterritoriais nessa região onde, em sua grande maioria, acabam em violentos massacres de camponeses, sem-terra ou assentados que lutam pelo acesso ao território. É nessa terra de múltiplas territorialidades e alvo da expansão do capitalismo na figura do agronegócio que o PDS Porto Seguro encontra-se inserido.

O PDS Porto Seguro (Figura 01) é um assentamento rural localizado a 25 quilômetros da cidade de Marabá, sudeste do Pará. Esse assentamento “teve sua formação territorial a partir da Fazenda Balão II, uma área de 1.069,2410 hectares, [...] sendo a primeira ocupação em junho de 2004” (SANTOS; ARAÚJO LUCAS; PEREIRA; 2020, p. 229). Segundo esses autores, os camponeses que se instalaram nessa localidade:

[...] eram ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá (STR) e à Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (FETAGRI), alojaram-se na área sem qualquer infraestrutura e se organizaram de forma coletiva, trabalhando em roças coletivas onde produziam arroz (*Oryza sativa* L.), feijão (*Vigna unguiculata* L. Walp), mandioca (*Manihot* sp.) e hortaliças destinadas ao sustento das famílias. Nessa época, a produção ainda era insuficiente para o sustento de todos e as famílias recebiam cestas básicas do INCRA ou mesmo doadas por entidades de apoio a luta camponesa (CPT, FETAGRI e STR). (ARAÚJO; PEREIRA; SANTOS, 2020, p. 229).

Figura 1 - Mapa de localização PDS Porto Seguro, Marabá/PA



Conforme pontuam esses estudiosos, o processo de ocupação da área onde hoje é o assentamento foi marcado por episódios de reintegração de posse, os quais contavam com forte ação policial. Nessas ocasiões “as ações por parte da polícia impactavam tanto fisicamente quanto psicologicamente, [...] aqueles que permaneceram, passaram por sucessivas desocupações e tinham como principal estratégia a permanência por meio da resistência; (SANTOS, ARAÚJO LUCAS; PEREIRA 2020, p. 231).

Segundo Oliveira (2021, p. 19) “o PDS Porto Seguro, portanto, surge no bojo do processo de luta pela terra no município de Marabá/PA, que iniciou em 2003, com a ocupação próximo ao INCRA e 2004 com acampamento na área da antiga Fazenda Balão II e sua criação oficial ocorreu em 2016”.

O acesso ao PDS Porto Seguro, saindo da cidade de Marabá, é realizado pela BR 155 em direção a Eldorado dos Carajás, outra cidade do sudeste paraense, até o ramal da Fazenda Taboquinha, KM 14, percorrendo cerca de 10 km até a Vicinal 21 de Junho (PLANO DE USO PDS PORTO SEGURO, 2016).

A existência do assentamento só foi possível devido a luta, no início do acampamento que viria a ser o assentamento, de oitenta famílias que ocuparam a área em 21 de junho de 2004.

A fazenda a qual hoje corresponde o PDS, na época, já havia sido declarada pelo INCRA como improdutiva, sendo, portanto, propícia ao processo de ocupação desses camponeses, na época sem-terras. Alves (2019), frisa que todo o processo de cadastramento das famílias e demais ações de caráter preparatório para realização da ocupação da área foi precedido de um criterioso e organizado estudo sobre alguns aspectos da área.

A implementação de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável na área ocupada pelos camponeses e não a instalação de um Projeto de Assentamento (PA) tradicional se deu, conforme pontuam Oliveira e Mello (2020) pelo fato de:

A área ocupada pelos agricultores constituía-se do fragmento florestal da fazenda Cigana II destinada à Reserva Legal [...] **foi preponderante** para a adoção de uma proposta de regularização adequada a preservação ambiental. Sendo a proposta de PDS adotada como marco legal para a regularização. (OLIVEIRA; MELLO, 2020, p 73-74, grifo nosso).

Considerando o processo histórico de ocupação dessa região e o as políticas governamentais de integração e de desenvolvimento econômico implementadas nesse território, amparado na exploração dos recursos naturais e minerais, no extrativismo e, conseqüentemente, na depredação do meio ambiente, a proposta de um assentamento que caracteriza-se por atividades de baixo impacto ambiental (sistemas agroflorestais, criação de animais de pequeno porte, extrativismo florestal) apresenta-se como um desafio.

A modalidade de Projeto Desenvolvimento Sustentável (PDS) foi criada por meio da Portaria nº477/99, do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), publicada em 04 de novembro de 1999. Essa portaria estabelece que o PDS é de interesse social e ecológico, destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental (Art. 1º, Portaria/INCRA/P/Nº 477 - 04/11/1999).

Segundo Barros e Mathias (2016, pg. 13) “os PDS’s constituíram uma nova modalidade de assentamento rural”. Os critérios que distinguem o PDS dos demais assentamentos rurais tradicionais é que estes são regulados por “conjunto de normas, regras e diretrizes, formada num Plano de Utilização – PU” (apud GUZZO, 2009, p. 38). O Plano de Utilização ou Plano de Uso, refere-se ao documento onde constam todas as determinações a serem seguidas pelos camponeses dos PDS’s, objetivando assim:

Assegurar a sustentabilidade do projeto de desenvolvimento sustentável, mediante a regulamentação da utilização dos recursos naturais e dos comportamentos a serem seguidos [...]. Neste documento consta a relação das condutas não predatórias incorporadas à cultura dos moradores, bem como os demais procedimentos que devem

ser seguidos para o cumprimento da legislação ambiental brasileira. (PLANO DE USO PDS PORTO SEGURO, 2016, p.07).

Os camponeses do PDS Porto Seguro cultivam os mais variados produtos agrícolas, como: urucum, banana, pimenta do reino, feijão, milho, arroz, macaxeira, além do cultivo de frutas como o açaí, o cupuaçu, a castanha do Pará, o abacaxi. O cultivo desses alimentos e frutos ocorre conjuntamente a criação de animais, constituindo os SAF's, analisados por Oliveira e Mello (2020). Grande parte do que é produzido nos lotes é para o consumo próprio das famílias, uma outra parte é destinada a comercialização. A comercialização desses produtos era realizada, no início da consolidação do assentamento, para os atravessadores, que são, em sua grande maioria, comerciantes que compram esses produtos para revenderem na cidade de Marabá ou em cidades vizinhas.

Por meio das observações de campo fica claro que, ao passo que as alianças políticas, econômicas e sociais vão se firmando entre os camponeses e os órgãos que apoiam suas lutas e os órgãos municipais de apoio a agricultura camponesa, a comercialização vem a ocorrer nas feiras ecológicas que acontecem na área urbana da cidade de Marabá, em parceria com o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR), CPT, Secretaria Municipal de Agricultura (SEAGRI) e também das universidades, como a Universidade do Estado do Pará (UEPA) e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).

A localização do PDS suscita questionamentos sobre sua continuidade desprovida de conflitos entre os camponeses e os fazendeiros que possuem terras ao redor do assentamento. Cercado por fazendas de criação de gado, o assentamento destoa, por assim dizer, do modelo de desenvolvimento agrário em curso na região sudeste paraense e do crescente avanço do capitalismo na agricultura, representado pelo agronegócio.

Como exemplo do constante avanço desse modelo de desenvolvimento impetado nessa região tem-se na área que compreende Marabá a criação do gado, Paragominas, Dom Eliseu, Santana do Araguaia, Ulianópolis, Rondon do Pará, Cumarú do Norte, Santa Maria das Barreiras e Redenção por sua vez, com o cultivo da soja, assim como a produção mineral com destaque aos municípios de Floresta do Araguaia, Parauapebas, Curionópolis e Canaã dos Carajás, em que a empresa Vale S.A praticamente monopoliza a exploração (MIRANDA, 2019), exemplificando como a cadeia produtiva do agronegócio tem se expandido, englobando tanto os setores de produção de alimentos quanto a exploração dos recursos naturais e minerais, destinados a exportação e atendimento do mercado internacional.

Esse avanço tem gerado a concentração da terra nas mãos das grandes empresas

multinacionais e internacionais que, amparadas pelo capital nacional e internacional, tem contribuído para o aumento dos conflitos socioterritoriais.

Apresentando o quantitativo de ocorrências registradas dos conflitos socioterritoriais no campo no Brasil, em 2018 a CPT revelou o auto índice de casos de conflitos por terra em dois municípios do sudeste paraense: Marabá e Anapu. Os dois municípios foram os que registraram o maior número de ocorrências de conflitos por terra nesse ano na região, onde Anapu registrou 8 casos de conflitos por terra envolvendo 386 famílias com três diferentes categorias participantes, dentre as quais: assentados, sem-terra e agentes pastorais, já Marabá apresentou 11 casos de conflitos envolvendo um total de 1.068 famílias, desse total 10 deles envolveram a categoria dos sem-terra e somente uma foi relacionada com os posseiros.

No ano de 2020 a tabela “Conflitos no Campo (2020)” demonstra o aumento desses conflitos no Brasil. Em números totais, as ocorrências dos conflitos no campo somaram 2.054 casos, com um total de 914.144 de famílias envolvidas. Desse total os conflitos por terra somaram 1.608, envolvendo 687.872 de famílias e só o Pará apresentou 288 casos, envolvendo 146.102 pessoas em conflitos no campo, sendo que 248 desses casos são de conflitos por terra e abrangeram o total de 28.608 famílias de assentados, sem terras, quilombolas, indígenas, pequenos proprietários, extrativistas e etc, evidenciando o alto índice de conflitos envolvendo a posse da terra na região.

Os conflitos por terra caracterizam-se, segundo o Caderno de Conflitos no Campo (2020, p.13), como “ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais [...]”. Na edição de 2020, o Caderno de Conflitos no Campo não trouxe o quantitativo total por municípios dos conflitos por terra e sim as ocorrências de acordo com as datas registradas. Entretanto, analisando os números, Marabá apresentou um total de 16 ocorrências de conflitos por terra e Anapu 29, demonstrando um aumento significativo dos conflitos por terra nos dois municípios.

Tendo em vista a atual conjuntura política do país sob o governo do então presidente Jair Messias Bolsonaro, o crescente aumento dos conflitos socioterritoriais na região sudeste do Pará e no país como um todo pode ser analisado como consequência da abertura, ainda mais acentuada, da área aos interesses do capital, da marginalização dos movimentos sociais, da desqualificação das pautas sociais e políticas das comunidades tradicionais, dentre elas o campesinato, em detrimento da valorização e proteção dos grupos economicamente dominantes.

As reservas minerais, hídricas e florestais da região são atrativos que atizam a cobiça

do capital econômico nacional e internacional, fazendo com que os números de mortes em função dos conflitos no campo, consequência do desejo capitalista descontrolado pelo lucro, aumentem gradativamente. Os dados disponibilizados no ano de 2018 pela CPT são reveladores quanto aos números de conflitos por terra nessas duas cidades, Marabá e Anapu, que aparecem no topo do ranking dos casos registrados nesse ano os quais, em 2020, continuam a apresentar altos índices de conflitualidade. Anapu, em particular, em função da implantação de dois PDS's em 2002 chama a atenção por se aproximar do caso aqui em análise, o PDS PortoSeguro.

Ademais, a riqueza ambiental presente nesses assentamentos, caso do PDS Porto Seguro, somando-se ao fato do território estar sob a posse dos camponeses com ideais para além da exploração econômica da terra, torna o instiga o questionamento acerca da possibilidade desse assentamento vir a sofrer, assim como Anapu, com os altos índices de violência decorrentes dos conflitos envolvendo a posse da terra, conforme demonstrou a CPT no ano de 2018.

A consciência da necessidade de desenvolvimento de práticas voltadas a resistência em meio aos atuais conflitos socioterritoriais no sudeste paraense, tem demandado desses camponeses a criação de estratégias produtivas e de sobrevivência que lhes garantam a permanência no território. As narrativas coletadas nas idas a campo nos revelam os caminhos trilhados que possibilitam aos camponeses permanecer, de forma sustentável, em seus lotes.

CAPÍTULO IV – ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NO TERRITÓRIO: ANÁLISES E REFLEXÕES A PARTIR DAS NARRATIVAS DOS CAMPONESES DO PDS PORTO SEGURO

O conceito usual de estratégia geralmente designa uma ação previamente calculada, um ato intencional posto em prática objetivando um dado resultado subjetivamente pretendido. Para Thiry-Cherques (2006, p. 40), partindo das contribuições teóricas de Pierre Bourdieu, a estratégia “[...] não é a de um cálculo cínico pela maximização de utilidades, mas a relação infraconsciente entre um *habitus* e um campo”, isto é, para os agentes pertencentes a um campo específico, essas ações (estratégias) desenvolvidas tanto pelas classes sociais dominantes, quanto pelas classes dominadas são produtos do senso prático, resultado da vivência e interação social, do *habitus* interiorizado pelos indivíduos e grupos. São condutas, na maioria das vezes, inconscientes empreendidas na luta pela manutenção ou subversão do poder dentro do campo e pela sobrevivência.

De ambos os lados dominante e dominados desenvolvem ações que propiciam a

reprodução social dentro do campo no qual se encontram. No que tange as estratégias de reprodução social dos camponeses do PDS Porto Seguro, pertencentes ao mundo rural, como eles mesmos expressam em suas narrativas, “desde que se entendem por gente”, quando interpelados durante as entrevistas realizadas no ano de 2019 e 2020 nas feiras dos Povos do Campo e no assentamento sobre a questão das estratégias, os mesmos não interpretam suas práticas produtivas, sua relação social com a terra, seus conhecimentos de plantio e manejo como ações imbuídas de uma racionalidade lógica voltadas para o mercado, objetivando fins puramente econômicos e sim como ações voltadas, de imediato, para a sobrevivência do grupo.

O desenvolvimento de estratégias, sejam elas produtivas, de alianças políticas e econômicas adotadas pelos camponeses do PDS Porto Seguro devem ser analisadas por meio do contexto social e familiar do qual fazem parte, já que muitos deles vem de famílias de camponeses. Um exemplo dessa prerrogativa está na narrativa de dona Ivanilde, coletada na ida ao PDS Porto Seguro, em 23 de fevereiro de 2020.

Dona Ivanilde tem 54 anos e esteve desde o início na luta pelo território onde hoje é o PDS, atualmente mora no lote 15 do assentamento. Com ela moram a filha adotiva Amanda, de 11 anos e o esposo José. Ao longo dos dezesseis anos de luta dona Ivanilde e os quatro filhos biológicos, os quais não residem com ela no assentamento, três homens e uma mulher, passaram por três despejos com forte coação policial, o terceiro deles, segundo a camponesa, foi o mais truculento e o mais doloroso para todos os sem-terra, hoje assentados.

Ivanilde nasceu no município de Sítio Novo, em Goiás, desde os nove anos trabalha na roça e antes de se unir ao movimento social dos sem-terra, já adulta, morava na periferia da cidade de Marabá, no bairro Jardim União. Dona Ivanilde relatou que após diversas idas ao INCRA com o intuito de conseguir uma terra onde morar acabou recebendo a orientação, por parte de uns dos servidores do Instituto, que uma forma de conseguir um “pedaço” de terra seria se unindo ao movimento social dos sem-terra. A camponesa, em meio a sorrisos, recordou que na época ela nem ao menos sabia o que era um movimento social e que foi esse servidor do INCRA quem falou do que se tratava. Esse foi o meio encontrado por ela para conseguir a terra onde se fixar. A conquista do território é marcada pela violência psicológica, tão marcante quanto a violência física.

A pesar das dificuldades enfrentadas durante o processo de ocupação, dona Ivanilde, pertencente ao meio rural desde criança, demonstra em sua narrativa o sentimento de pertencer ao campo:

A agricultura ela...eu já digo, assim, é nossa vida, porque nós somos um povo que eu

sempre digo em todas as entrevistas que eu já fiz na minha vida, aqui no PDS eu digo que nós somos um povo que vive com o pé no chão e a mão na terra. É...muitas vezes quando a gente vai sair final da tarde, a gente vai tomar o seu banho, a gente alimpa as unhas, fica tudo limpinha, mas no outro dia ela vai pra terra de novo, ela enche de terra novamente. Então a gente diz assim: que a gente vive com os pés no chão e a mão na terra, plantando, colhendo, vendendo aquilo que pode e se alimentando daquilo que não tem pra venda. (IVANILDE, PDS Porto Seguro, 23/02/2020).

Assim como Ivanilde, Dona Joana vem de uma família de camponeses e desde muito jovem exerce os trabalhos relacionados a roça, como o cuidado com a terra, o plantio, a colheita e, segundo sua narrativa, viver na roça é sinonimo de tranquilidade:

Sempre morei na roça, porque eu gosto da roça. Porque na roça é assim: aqui é tão bom, a gente dorme tranquilo, a dormida da gente...pode deixar as porta até aberta não tem quem mexe com a gente. É um sossego na roça, eu amo roça. Que meu pai criou nós na roça e aí quando a gente é criado na roça a gente tem assim...não é todo mundo, mas tem as pessoa que ainda tem assim aquele amor a roça, porque tem meus irmãos, outros irmão meu [que] diz: Deus me livre! Eu já sofri tanto em roça, eu lá vou querer roça nada menino. Aí é só eu e a minha irmã que eu tenho...A minha irmã mais velha mora no Maracajá, nunca veio embora, mora lá. Ela disse assim: eu não vendo a minha terra não... [...] E é assim minha filha, eu tô aqui é...na luta. Sou uma base que faz parte aí da associação, sou a secretária... (JOANA, PDS Porto Seguro, 19/10/2019)

Enquanto secretária da Associação de Trabalhadores Rurais do assentamento na época da realização da entrevista, em 2019, Joana destaca a importância da atuação de órgãos como a CPT e do próprio Sindicato para a organização interna e externa dos interesses políticos, econômicos e sociais do assentamento. É por meio delas e das alianças políticas realizadas por Marília, presidente da Associação do PDS Porto Seguro na época da entrevista e na atualidade pelo Sr. Luíz, que a voz dos membros do assentamento chega aos dirigentes governamentais do município.

Em seu discurso Marília reforça que as articulações políticas, econômicas e sociais contribuem para as ações de resistência em vista da permanência dos assentados em seu território. No entanto, ressalta-se que, apesar dos interesses comuns, no PDS existem diferenças entre os camponeses que são evidentes:

[...] Aqui nem todo mundo tem condição de ter um...um, vamos dizer, que nem lá na prefeitura eles fala, é um burquinho pra acumular água, tendeu?! Eu mermo não tenho, tipo um açudezinho, um tanquezinho sabe?! Um açude pra... [...] Ou até mesmo até pros pato banhar né, também. Mas não tenho, eu não tenho, tem um bocado de outras pessoas aqui que não tem, já tem uns que tem até de mais, que tem condição melhor né?! Tem dois açude, tem três e outros já não tem é nada (JOANA, PDS Porto Seguro, 19/10/2019).

O trecho da narrativa de Joana evidencia o que foi anteriormente destacado – a convivência entre os indivíduos é permeada por múltiplas relações de interesses, insatisfações pessoais existentes dentro do espaço coletivo no qual se encontram. Porém, o jogo de interesses

locais do PDS Porto Seguro não desarticula, tão pouco enfraquece a organização interna e a luta por direitos frente ao Estado, conforme aponta Antônio quando questionado sobre a importância da feira ecológica realizada em parceria com a Unifesspa e os camponeses do assentamento:

Bem, é...quero falar pra você que a feira pra nós é prioridade, né?! Porque nós tamo aqui não é só com o interesse só no dinheiro, [é] representar nosso assentamento, representar a nossa associação, a nossa presidente que é ela aqui né (Marília) edemais companheiros, que nós lá não é individual, nós lá nós é um grupo né, prova você tá vendo aqui [que] quando tem a feira nós tamo tudo aqui [lá] do PDS, porquetá faltando mais companheiro por causa de mercadoria, porque tá no começo do inverno né [e] ainda não chegou a época das colheita né, vai começar daqui pra frente e a pergunta que a senhora me perguntou pra mim foi importante né, pelo incentivo, muito bom. (ANTÔNIO, Feira dos Povos: Campus I, 05/12/2019).

A feira nas universidades surgiu por meio da parceria firmada entre o PDS, primeiramente com a Universidade do Estado do Pará (UEPA) e, posteriormente, com a Unifesspa que cedeu o espaço dentro dos Campus I, II e III para a realização dessa atividade. Por meio das observações de campo realiccionadas ao funcionamento dessa ação no Campus III da Unifesspa em 2019, a feira acontece em um ambiente aberto, em geral no pátio da instituição onde os camponeses armam tendas que servem de abrigo para os produtos a serem comercializados, como por exemplo: feijão, farinha, macaxeira, açafrão, urucum, abacaxi, cupuaçu, banana, limão, ovos, mel, mudas de plantas, castanha do Pará e etc. Conjuntamente com a comercialização desses produtos os camponeses realizam a venda de café da manhã (café, bolo, tapioca, pão de queijo) e almoço, preparados muito antes da vinda para a cidade.

Ressalta-se que, nem todos os camponeses do assentamento participam de forma presencial das feiras, no entanto, conforme evidenciam as narrativas do Sr. Antônio e da Sra. Joana, aqueles que não podem ir, por meio do sistema de parceria existente entre os camponeses, separam aquilo que desejam comercializar e pedem, para aqueles com quem possuem mais proximidade, que façam a venda. Essa ajuda é de grande importância para os camponeses que possuem dificuldades quanto ao transporte, ao tempo e a interação social que a feira demanda. Para o Sr. Carlos a parceria entre o PDS Porto Seguro com as Universidades, a qual possibilitou a existência e realização das feiras nas instituições, é fundamental para o assentamento, pois segundo ele;

Eu acredito que se não fosse essa, como é que se diz...interação da gente lá do Porto Seguro com a Universidade talvez a gente nem [es]tava aqui vendendo [...]. A feira pra mim a feira traz muitos benefícios, tanto financeiramente quanto conhecendo as

pessoas, né?! Porque a gente traz os nossos produtos que é pra passar pra terceiros, a gente vende direto pro consumidor [e] através disso aí a gente faz conhecimento tanto com os professores quanto com as outras pessoas [.]. E a minha participação em geral

é pra os meus parceiros eu acho que é aquele negócio, a união faz a força, é um ajudar o outro, é um dizer pro outro como é o jeito de produzir melhor, como é que tem que fazer pra sair melhor, sabe?! (CARLOS, Feira dos Povos do Campo: Campus III, 03/12/2019).

As feiras realizadas pelos camponeses nas universidades possibilita a geração de renda e se constituem enquanto espaço de socialização, de troca de conhecimentos e saberes diversos entre esses sujeitos e as instituições de ensino superior e se configura tanto como uma ação estratégica para a reprodução social, quanto um meio de representação social dos camponeses do PDS para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral. Segundo Santos e Silva (2020, p.56165 *apud* KOLLING; MOLINA, 1999);

as feiras camponesas da região Sul e Sudeste do Pará significam a expressão de uma territorialidade que resiste à falta de políticas públicas para a agricultura familiar, e ao descaso do governo, o qual segue priorizando a agricultura de base patronal, centrada efetivamente na monocultura para exportação.

A aliança estabelecida entre o assentamento e as Universidades foi crucial para a resolução de uma problemática antes enfrentado pelos camponeses: a comercialização dos seus produtos:

Ela [a feira] tem vários itens de ajuda, de retorno, isso que eu quero falar. Porque antes a gente via as nossas coisas, é... frutificar, a gente comia, dava pra alguém que viesse aqui e o resto estragava, hoje não. Hoje aquilo que estragava a gente vende e aquilo que a gente não produz a gente compra. Então, esse é meio que abriu uma porta essencial [...]. (Marília, PDS Porto Seguro, 23/02/2020).

Nessa mesma perspectiva argumenta outro entrevistado: “a feira é uma excelente saída para os produto [...] A feira deu certo! (DOUGLAS, PDS Porto Seguro, 23/02/2020).

A comercialização dos produtos, assim como o trabalho na roça, é realizado pelos membros da família, no entanto, durante as entrevistas, os camponeses por meio da narrativa de suas trajetórias de vida, abordam um aspecto frequente na realidade desse grupo: a evasão dos filhos adultos para a cidade. Esses jovens, apesar de em sua grande maioria nascerem no meio rural, crescem com outras perspectivas de futuro: a vida nos grandes centros urbanos.

A cidade é vista por eles como lugar de crescimento econômico, de vida fácil, pelo menos mais fácil do que a vida na roça, e de liberdade. O trabalho nas cidades é visto com bons olhos por esses filhos de camponeses e, assim, a cidade apresenta-se a esses jovens como a saída de uma vida de pobreza e trabalho árduo no meio rural, fazendo com que o trabalho na roça seja renegado por muitos deles, em todos os sentidos. Conforme ilustra Joana, em uma passagem de sua narrativa, a roça é vista por eles como um lugar de passeio e de lazer. A roça assume um lugar de passagem, não de permanência:

Tu sabe como é que eles gosta, eles gosta assim: pra vim final de semana e voltar. Eles diz assim: mamãe, a vida da roça não dá pra mim, porque passar o dia todinho no sol quente com a foice na mão ou, então, com uma enxada, as formiga mordendo, isso aí não dá pra mim (JOANA, PDS Porto Seguro, 19/10/2019).

Essa visão de pobreza atrelada a vida na roça é fruto da disseminação de ideais depreciativas ou, segundo Wanderley (2014, p.26), de uma “amnésia social que nega a contribuição do campesinato para a sociedade” e que coloca a agricultura camponesa como atrasada e pouco desenvolvida, já que o desenvolvimento defendido pelo Estado é aquele com grandes produções voltadas para a exportação e com uso de tecnologias e maquinário pesado, o qual dispensa a mão de obra familiar e que prioriza a mão de obra assalariada, assim como a exploração maximizada do trabalho humano e dos recursos naturais.

Apesar da falta de atratividade do trabalho com a terra para esses jovens, muitos deles, mesmo morando e trabalhando na cidade, ajudam os pais com a comercialização dos produtos nas feiras e, quando podem, também auxiliam no plantio e colheita dos alimentos que serão direcionados ao consumo e a venda;

Eles ajuda aqui, ajuda na roça, em tudo. Eles não gosta muito é de roça, mas gosta de ajudar né, pelo menos eles faz outras coisas que eu não faço né, eles faz que é mexer com a parte mecânica do carro que tem que trazer o mantimento pra cidade né, aí se é de eu levar na oficina eles mesmo faz em casa né, compra só a peça...E aí eles ajuda, eles ajuda, eles não gosta muito de roça, mas gosta de ajudar no meio da roça. (ANTÔNIO, Feira dos Povos, Campus I, 05/12/2019).

O trabalho familiar, a relação socioafetiva com o território, os conhecimentos compartilhados entre o grupo referentes ao plantio, ao trato com a terra, constituem suas particularidades enquanto camponeses e não somente, representam também seu modo de vida e de produção. Essa classe historicamente luta e resiste perante as desigualdades no acesso a terra e contra a concentração do grande latifúndio que agora, sob novas configurações, avança de forma indiscriminada, na figura do agronegócio.

O avanço capitalista no campo tendo como representante o agronegócio, tem acarretado em intensos conflitos socioterritoriais na região sudeste paraense, o caso “Anapu”, apresentado no capítulo anterior, traz ao debate a questão da violência praticada por grandes proprietários de terras, madeireiras e pelo próprio Estado contra os camponeses que vivem nos PDS’s no município. A pressão violenta às famílias assentadas se tornou frequente desde a implantação desse modelo de assentamento e tem revelado as dificuldades enfrentadas pelas famílias de camponeses para permanecer na terra.

O caso Anapu proporcionou a reflexão de questões a serem verificadas durante a segunda ida a campo, realizada em fevereiro de 2020, dentre elas a seguinte indagação: o PDS

Porto Seguro poderá enfrentar situações semelhantes às vividas nos PDS's em Anapu em um futuro próximo, dada sua localização geográfica e ao seu modo de viver e produzir? Dona Marília, quando questionada sobre essa questão, afirmou: “isso é uma coisa que a gente já discutiu algumas vezes, o povo tem noção dessa ameaça. (MARÍLIA, PDS Porto Seguro, 23/02/2020).

Para Douglas, no entanto, a localização do PDS, cercado por fazendas, uma delas é a fazenda do grupo empresarial Revemar, não se figura como uma área que possa vir sofrer futuramente a pressão de fazendeiros;

Eu não vejo isso como um problema, porque aqui no PDS a gente tem outra mentalidade de produção... A cultura do paraense é o gado, mas aqui [no PDS] não, as pessoas que mora aqui sabe que não pode derrubar a mata... Então a gente aqui tem outra mentalidade e pra mim eu não vejo [a localização] como um problema. (DOUGLAS, PDS Porto Seguro, 23/02/2020).

As narrativas entre os camponeses do assentamento quanto à temática são dissonantes, mas o questionamento da questão é pertinente, dada a situação vivida pelos camponeses dos PDS's em Anapu, onde a pressão às famílias assentadas se tornou constante após a consolidação dessa modalidade de assentamento no município.

Apesar da divergência de perspectivas quanto à localização do PDS vir a ser ou não um fator que represente riscos a permanência no território, as narrativas do Sr. Douglas e de dona Ivanilde são cruciais para se compreender o contexto de desenvolvimento de estratégias produtivas e econômicas que viabilizem a permanência e sobrevivência dentro do assentamento, já que, conforme relatam, a falta de assistência econômica do Estado, vinculada a impossibilidade de acesso aos créditos governamentais de incentivo a agricultura camponesa de base de produção familiar é um problema que afeta a todos os camponeses.

As dificuldades produtivas e financeiras enfrentadas tanto por Douglas e sua família quanto por dona Ivanilde e seu esposo (baixa fertilidade do solo devido a sucessivos plantios no mesmo espaço, baixa produtividade; falta de água, precariedade financeira) tem exigido a busca de alternativas de superação a essas dificuldades. Nesse sentido, seu José, esposo de dona Ivanilde, é pedreiro e realiza trabalhos relacionados à construção fora do assentamento. Quando José não está trabalhando como pedreiro ele está trabalhando na roça junto com dona Ivanilde e a filha Amanda.

A profissão de pedreiro é uma maneira encontrada pelo camponês de complementar a renda do lote ao mesmo tempo em que é uma forma de ganhar o dinheiro necessário para investir na manutenção e nos cuidados com a terra. O Sr. Douglas, filho de dona Maria, por sua vez,

trabalha com serviços gerais em uma empresa há dez anos em Marabá e assim como seu José usa a renda proveniente do trabalho para incrementar a renda do lote e para atender as necessidades econômicas que a manutenção da terra exige.

Mesmo os entrevistados exercendo outros trabalhos fora do assentamento ambos afirmaram que jamais deixariam de viver no PDS e o trabalho com a terra. O que se nota por meio das narrativas durante as entrevistas é que o exercício dessas outras atividades é visando atender as necessidades não contempladas apenas com a renda dos lotes, além de proverem meios para a manutenção da própria terra.

Dona Ivanilde não exerce outro trabalho que não seja o da roça, quando seu esposo está trabalhando como pedreiro fora do assentamento é ela e a filha quem realizam os trabalhos no lote. Quando interpelada durante a aplicação do questionário sobre o significado do PDS Porto Seguro em sua vida, mais especificamente o lote que ocupa, ela afirmou: “[...] pra mim a terra representa a vida né, sossego. A roça é uma mãe temente [...]”. (IVANILDE, PDS Porto Seguro, 23/02/ 2020).

As dificuldades no plantio devido a fatores naturais da região de Marabá, característica por verões extremamente secos e poucas chuvas, acarreta na escassez de água, contribuindo para a acentuação de problemas como a baixa fertilidade do solo em função de sucessivas plantações na mesma área, impactando negativamente a produtividade e a renda desses camponeses. Seu José e dona Ivanilde relatam esses problemas, em especial o da água, em suas entrevistas: “A água é problema aqui né, quando chega o verão mesmo... Tem um rio, mas passa longe aqui do lote, aí não tem como. A gente tem um poço aqui, mas é difícil. (JOSÉ, PDS Porto Seguro, 23/02/2020).

O problema com o solo, assim como o problema com a água, é outra dificuldade que afeta a produção e a vida dos assentados. Conforme pontuam Douglas e José, o problema com a degradação do solo faz com que seja derrubada uma área muito maior para a plantação, a pesar de essa ação ser uma maneira de enfrentamento da situação ela acaba levando a outro: o comprometimento da preservação da floresta. Douglas argumentou que a falta de ajuda econômica do Estado é um agravante do problema:

A área que a gente já tem derrubada é suficiente pra plantar, mas com o tempo né a terra vai perdendo a força e agente precisa roçar uma área maior pra plantar e num tem assim, um auxílio, uma assistência técnica específica. (DOUGLAS, PDS Porto Seguro, 23/02/2020).

A implantação dos PDS's em uma região como a sudeste paraense, segundo Oliveira e Mello (2020, p.66), “marcada por uma dinâmica de desenvolvimento pautada no uso da

natureza como fonte de recurso, baseando-se nos sistemas produtivos principalmente na implantação da pecuária extensiva”, tem se mostrado desafiadora tanto para os órgãos que lutam em favor das pautas dos camponeses, quanto para os próprios camponeses que necessitam desenvolver ações de baixo impacto ambiental prevista em lei, em um país que negligencia os direitos sociais, políticos e as necessidades econômicas desse grupo.

A falta de investimento econômico governamental e a demora na entrada na Relação de Beneficiário (RB) do INCRA, relatada nas duas entrevistas com questionários no PDS Porto Seguro em 2020, podem ser analisadas como manobra política do Estado, onde a privação de ajuda econômica, técnica e social tem por objetivo o esfacelamento e degradação das condições fundamentais de sobrevivência e permanência na terra. Tendo em vista que a terra no PDS, assim como em qualquer outro assentamento, necessita de investimento humano e financeiro não só relacionados à conservação ambiental, como também na manutenção da terra, como a roçagem da área destinada ao plantio, a preparação do solo, a colheita, ações que exigem extensas horas de trabalho e também investimento econômico negligenciado pelo Estado.

A busca de alternativas para a superação das adversidades vividas no PDS Porto Seguro ocorre, também, pelas alianças políticas firmadas entre o assentamento e os órgãos defensores dos interesses e necessidades dos camponeses como a CPT, o INCRA; os STR's, Secretaria Municipal de Agricultura de Marabá (Seagri). A relação estabelecida com esses órgãos possibilita a realização de oficinas, minicursos, palestras sobre preservação ambiental, criação de animais e plantio; aquisição de mudas de plantas frutífera nativas da região como o cupuaçu, o açaí, além de contribuir no aprendizado de técnicas de manejo com o solo. O apoio e a assistência dessas entidades são imprescindíveis para a permanência das famílias assentadas que encontram, por exemplo nos SAFs, uma estratégia importante para ali permanecerem (OLIVEIRA; MELLO, 2020).

Contudo, Douglas e dona Ivanilde relatam que o apoio e a assistência que recebem dos órgãos acima elencados não é igual. Os dois afirmaram que recebem mais assistência da CPT do que do próprio INCRA, porém:

A assistência técnica da CPT é mais voltada pro manejo florestal né. Eles vêm aqui, fala que não pode derrubar a mata, essas coisas. Não tem uma assistência técnica específica que atenda as necessidades de cada família [...] (DOUGLAS, PDS Porto Seguro, 23/02/2020).

A narrativa do entrevistado mostra que a assistência prestada acaba sendo voltada mais para alguns aspectos (manejo florestal, oficinas, palestras) do que para outros (problemas estruturais). Certamente essas ações são importantes, sem sombra de dúvidas, porém não chegam

a resolver os problemas e necessidades imediatos dos camponeses. Houve, durante as entrevistas, bastantes críticas a esses órgãos e as ações de pesquisa desenvolvidas por instituição de ensino superior dentro do assentamento que não retornam com resultados concretos.

Ademais, a visão ainda muito utópica de um campesinato voltado apenas para subsistência faz com que as ações do Estado negligenciem outros aspectos, como o econômico, também importante para esses camponeses. O cultivo de alimentos e frutas (milho, açaí, macaxeira, banana, goiaba, feijão, cupuaçu e etc.) e a criação de animais (porcos, galinhas, galinhas d'angola, perus, patos) por meio de SAFs, pelos entrevistados, são voltados tanto para o consumo interno, quanto para a comercialização, logo é preciso que as ações da CPT, INCRA, SEAGRI, levem em conta também esse aspecto tanto quanto os demais.

Em resumo, a análise e reflexão do desenvolvimento de estratégias de resistência que permitem a permanência dos camponeses no PDS Porto Seguro não pode ser feita sem levar em conta a complexidade do contexto social e econômico no qual esses sujeitos estão inseridos. As ações dos órgãos competentes direcionadas ao assentamento devem ser elaboradas de maneira a contemplar tanto os aspectos da preservação ambiental, do manejo e plantio, quanto ações direcionadas a resolução dos problemas econômicos, dos problemas com a água, solo, saúde, saneamento básico, tanto abordados nas entrevistas.

Conforme analisado neste capítulo, os camponeses do PDS Porto Seguro são capazes de desenvolver técnicas viáveis de resistência que lhes asseguram a permanência na terra, no entanto o Estado precisa oferecer suporte, tanto técnico e econômico, quanto sociais para que esses camponeses possam superar as desigualdades existentes no campo e assim viver dignamente. Para tanto, deve-se levar em consideração que esses sujeitos se encontram em um contexto regional com extrema violência e elevado índice de conflitos pela posse da terra e de desigualdades, logo considerar essa conjuntura ajuda a compreender a complexidade de suas formas de vida e o sentido de suas lutas.

Revelar esse contexto é fundamental para a identificação das lutas e estratégias de resistência desenvolvidas por esses agentes sociais que, conforme Thiry-Cherques (2006, p. 34 *apud* Bourdieu, 1966) “são agentes à medida que atuam e que sabem, que são dotados de um senso prático, um sistema adquirido de preferências, de classificações, de percepção”, como demonstram as narrativas acima descritas e que revelam pontos como a organização interna dos camponeses, a consciência do conhecimento prático adquirido por meio da vivência no campo, como bem pontuou o Sr. Manoel, em entrevista realizada no dia 03 de dezembro de 2019:

[...]eles tem na teoria, mas na prática quem tem somos nós. Então, nós lá é que prepara nossas coisa, nós lá é que sabe como fazer, de repente alguma coisinha que ele[s] vai lá e ainda fala assim – “não, mas não era assim, era pra ser assim”. A gente aprende, mas eles aprende mais com a gente, assim na prática, de que nós com eles, tá entendendo?! (MANOEL, Feira dos Povos Campus III, 03/12/2019).

A narrativa de Manoel revela que os camponeses têm consciência da importância das ações políticas, econômicas e sociais de órgãos como a CPT, INCRA, SEAGRI e das Universidades para dar sustentação a suas lutas, porém são igualmente conscientes da importância de seus conhecimentos, fruto de um *habitus* interiorizado específico do campo ao qual pertencem, um princípio de ação que, em primeira instância, explica as técnicas de sobrevivência por eles desenvolvidas. Ademais, as estratégias de reprodução social desenvolvidas pelos camponeses do PDS Porto Seguro, conforme se observa nas narrativas analisadas neste capítulo são, a nível de consciência, ações antes inconscientes de sobrevivência física e social, que não aparecem nos discursos isolados desses camponeses como ações meticulosamente elaboradas com um propósito previamente definido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações políticas, econômicas e sociais sofridas no Brasil durante os governos militares, a partir de 1964, foram fundamentais para a consolidação e expansão do atual modelo de produção e acumulação capitalista no campo – o agronegócio (DELGADO, 2013; BARROS, 2018). Esse meio de produção conta com o apoio do Estado brasileiro que, aliado ao capital econômico internacional, lhe dá sustentação e viabilidade de existência.

Os rearranjos na estrutura de poder desencadeados com os militares no poder e da aliança firmada entre capital nacional e internacional e donos da terra - grandes latifundiários (DELGADO, 2013) durante esse período e também, segundo Barros (2018), o atual processo de financeirização e mundialização do capital que, no Brasil ganhou novo impulso a partir do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso e na sequência com o governo de Luís Inácio Lula da Silva, são fundamentais para se compreender a disputa política e econômica em curso entre agronegócio e agricultara camponesa.

Essas transformações políticas e econômicas vivenciadas no campo tem acarretado severos conflitos socioterritoriais na região sudeste do Pará, em específico na cidade de Marabá, terra de antigos oligarcas da castanha (EMMI, 1999). Esses conflitos socioterritoriais sofrem considerável aumento a partir da década de 1970, época de intensificação do projeto governamental de ocupação e integração da área ao restante do país (HÉBETTE, 2004). Os interesses políticos e econômicos do governo federal na região e a implementação de políticas

desenvolvimentistas exigiu das elites locais a rearticulação e readaptação às novas conjunturas de poder (PETIT, 2003; EMMI; MARIN, 1996). A nova organização política não chegou a romper com as antigas formas de dominação característica da região – a concentração fundiária.

A histórica concentração fundiária e a inexistência de uma verdadeira reforma agrária demandada pelos movimentos sociais no Brasil que possibilite uma igual distribuição de terras, atrelada ao avanço capitalista no campo sob a figura do agronegócio e sua modernização conservadora, erguida sob o grande latifúndio e a expropriação das populações camponesas, acirram no campo a luta em torno da posse da terra. Diante desse cenário de enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra, assim como dos recursos naturais entre o modelo de desenvolvimento agroindustrial em curso e a agricultura camponesa, torna-se cada vez mais necessário a produção de estudos voltados para a análise de como ocorre o processo de reprodução da agricultura camponesa mediante essa conjuntura.

É nesse contexto de profundas transformações políticas, econômicas e sociais, onde a região sudeste paraense aparece aos olhos do Estado como território de expansão de fronteiras e onde o desenvolvimento proposto se funda na exploração dos recursos naturais, que o campesinato tem se reproduzido e resistido a histórica desigualdade no acesso a terra por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de estratégias produtivas e organizacionais.

As famílias camponesas hoje assentadas no PDS Porto Seguro, inseridas nesse cenário de conflitualidade e violência, em que os agentes que dominam e que monopolizam os capitais específicos ao campo da agricultura, a burguesia agrária da qual fala Barros (2018), exerce sua dominação, seja por meio da força física, seja pela via da violência simbólica (autoridade) continuamente são levados a criarem práticas sustentáveis de produção que lhes possibilitem permanecer em suas terras e nela viver de maneira digna.

Em síntese, apesar do avanço do agronegócio na região sudeste paraense e do insuficiente investimento econômico na agricultura camponesa pelo Estado, conforme apontam as narrativas trabalhadas no capítulo anterior, esses camponeses vem garantindo sua reprodução enquanto grupo social em uma região marcada por conflitos socioterritoriais, por intermédio de seus conhecimentos tradicionais, das alianças políticas e econômicas firmadas com entidades voltadas aos interesses dos camponeses, como também por meio de sua organização interna. A luta camponesa é muito mais que luta por terra, é o enfrentamento das desigualdades sociais, é a luta pelo direito de existir e de viver com dignidade, tendo onde trabalhar e produzir.

REFERÊNCIAS

AFONSO, J.B.G. Violação de Direitos Humanos no Campo: um enfoque a partir da Amazônia. In: PEREIRA, Airton dos Reis et al. **Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira**. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2017, p.277-306.

ARAÚJO, F. C. L.; PEREIRA, A.R.; SANTOS, J.A. **Caminhos de luta: historicidade, desafios e transformações no percurso do Assentamento Porto Seguro, Marabá, Pará**. Revista Retratos de Assentamentos, vol. 24, nº.2 de 2021, inss:1516.8182. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/466/396>. Acesso em 20 dez. 2021.

ALVES, S. C. **Analisar o processo de luta pela posse da terra no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro, município de Marabá-PA, sob a ótica da Comissão Pastoral da Terra - CPT**. Orientador: Prof. Rodrigo de Almeida Muniz. 2019. 63 f. TCC (Graduação) – Curso de Educação do Campo, Faculdade de Educação do Campo, Universidade Federal do Sul e sudeste do Pará – UNIFESSPA, Marabá/PA, 2019.

BRUNO, R. **MOVIMENTO SOU AGRO: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio**. Fortaleza: 36º Encontro Anual da ANPOCS; 2012.

BARROS, I.F. **O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 132, p. 175-195, jan./abr.2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.136>. Acesso em: 15 jul. 2019.

BARBOSA JÚNIOR, R.C.; COCA, E. L.F. Conflitos entre o campesinato e o agronegócio no Brasil: os planos-safra 2015-2016. nº 8. diciembre, 2015,p. 13-27. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.17141/eutopia.8.2015.1828>. Acesso em: 15 nov. 2019.

BARROS, J.N.; MATHIAS, H.. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS: alternativa de desenvolvimento Sustentável na Amazônia paraense**, 2016. Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, v.21, n.2, p. 439-455, jul./dez. 2016 - ISSN 1516-2664. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/download/4045/2907>. Acesso em: 25 nov. 2021.

CRUZ, P.S.C. **Análise do Desempenho Reprodutivo de um Rebanho Bovino de Corte Sob Monta Natural no Município de Goianésia do Pará**. Orientador: Prof. Dr. Haroldo Francisco Lobato Ribeiro. 2021.45 f. TCC (Graduação) - Curso de Medicina Veterinária, Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém/PA, 2021. Disponível em: <http://bdta.ufra.edu.br/jspui/handle/123456789/1854>. Acesso em: 30 jan. 2022.

DELGADO, G.C. **Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra**. In: Agronegócio e Realidade Agrária no Brasil. 2013, p. 61-68.

- EMMI, M. F. **A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais**. 2. ed. rev.e amp. Belém: UFPA/NAEA, 1999.
- EMMI, M. F.; MARIN, R. E. A. **Crise e Rearticulação das Oligarquias no Pará**. Rev. Inst. Est. Bras. São Paulo, 1996. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/72091>. Acesso em: 06 mai. 2021.
- HÉBETTE, J.; MOREIRA, E.S. A marcha do trabalhador do campo rumo à cidadania: domínio da terra e estrutura social no Pará. In: HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004. v. 4. p. 25-41.
- HÉBETTE, J.. Reprodução Social e Participação Política na Fronteira Agrícola Paraense: o caso da Transamazônica. In: HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004. v. 4. p. 121-138.
- HALL, A. O CAT e as políticas Emergentes de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira. In: HÉBETTE, J. **CAT- Ano décimo. Etnografia de uma utopia**. Belém: Editora Universitária UFPA, 2000. p.243-257.
- INCRA. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Portaria nº477 de 04 de novembro de 1999. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/25/Portaria%20INCRA%20n%C3%82%C2%BA%20447,%20de%202004%20de%20novembro%20de%201999.doc>. Acesso em: 23 nov.2021.
- INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Plano de uso: Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Seguro. 2016.
- LITTLE, P.E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade**. Brasília, 2002. Disponível em: [http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003_paulittle.pdf](http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202002-2003/2002-2003_paulittle.pdf). Acesso em: 08 jan.2021.
- NEVES, D. P. Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil: legado dos Cientistas Sociais. In: **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília,DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- MELLO, A.H.; OLIVEIRA, A.P. **Reflexões acerca das estratégias de reprodutibilidade familiar no PDS Porto Seguro, Marabá – Pará**. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/47>. Acesso em: 25 out. 2021.
- MIRANDA, R.R. **O Agronegócio no Sudeste Paraense e as Relações de Trabalho**. Revista Georaguaia: Barra do Garças – MT, v.9, n.2, p.85-104. Agosto 2019. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/geo/article/view/7607>. Acesso em: 02 jan. 2022.
- PETIT, P. **Chão de Promessas: Elites e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka – Tatu, 2003. p. 51 – 97;126 – 163; 185 – 213.
- PEREIRA, A.R.. **Colonização e conflitos na Transamazônica em tempos da ditadura civil-**

militar brasileira. In: PEREIRA, A.R. *et al.* **Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira.** Belém: Paka-Tatu, 2017. p.143-167

SANTOS et al. **A ocupação territorial da Amazônia e do sudeste Paraense: Políticas e projetos de desenvolvimento, reforma agrária e impactos socioambientais.** Disponível em: [file:///C:/Users/jaian/Downloads/8624-22639-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/jaian/Downloads/8624-22639-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 08 jan. 2022.

SANTOS, M.M; SILVA, C.B. **Existir, resistindo: A feira da agricultura familiar e a permanência no campo, no sudeste Paraense.** Braz. J. of Develop., Curitiba, v. 6, n. 8, p. 56164-56178 aug. 2020. Disponível em: DOI: 10.34117/bjdv6n8-143. Acesso em: 30 jan. 2022.

Tabela **Conflitos no Campo.** In: Conflitos no Campo: Brasil 2018/ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2019, p. 38-80.

Tabela **Conflitos no Campo (2020).** In: Conflitos no Campo: Brasil 2020/ Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia: CPT Nacional, 2021 p. 39 -98.

THIRY-CHERQUES, H.R. **Pierre Bourdieu: a teoria na prática.** **RAP Rio de Janeiro 40 (1): 27-55, Jan./Fev. 2006.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/3bmWVYMZbNqDzTR4fQDtGrs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2021.

TRIGO, M.H.B. **Habitus, Campo, Estratégia: uma leitura de Bourdieu.** Cadernos Ceru. Série 2 – nº9 - 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/74986>. Acesso em: 11 ago. 2021.

VELHO, O.G. **Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, 172p. ISBN:978-85-9966-291-5. Available from SciELO. Disponível em: Books<<https://books.scielo.org>>. Acesso em: 20 nov.2021.

WANDERLEY, M.N.B. **O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência.** Revista de Economia e Sociologia Rural. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.52. supl.1 Brasília. 2014.